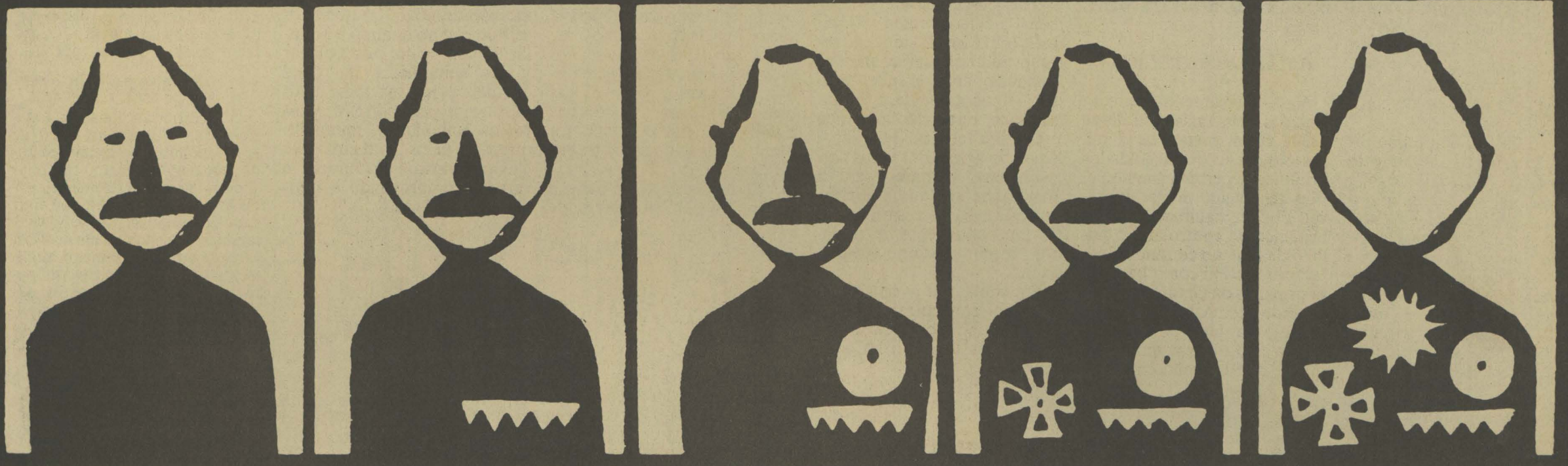


PALPITE INFELIZ

GERAIS APOSTAM EM CINCO ANOS PARA SARNEY

Os seis ministros militares estiveram reunidos na quinta-feira e decidiram fazer ameaças com o objetivo de obter 5 anos de mandato para Sarney. O ministro da Aeronáutica falou que 4 anos ameaça a estabilidade do país. Na verdade, ele procura inverter os fatos, pois a manutenção de Sarney por mais um ano só vai agravar a crise. Página 3.



EDITORIAL

Voto verde oliva

Quanto são os constituintes? Se você respondeu 559, errou. Estes foram os eleitos. Existem entretanto outros seis, os ministros militares, que se auto promoveram à função de ditar o que deve e o que não pode ser decidido pela Assembléia Nacional Constituinte. E, na última reunião que tiveram, concluíram que cinco anos para Sarney é “fundamental para assegurar a tranquilidade do país”. Enquanto que eleições em 88 trarão “dificuldades insuperáveis”.

Estes constituintes fardados, além de não contarem com nenhuma representação popular para interferir na elaboração da Carta, não participam da plenária da Constituinte. Mas, como convém a um corpo de elite tão elevado, toma suas decisões em almoço no Quartel-General do Exército em Brasília, como ocorreu na última quinta-feira. E, revelando-se mangnânimos, consideram que se houver uma deliberação da Constituinte a favor do parlamentarismo, será “uma experiência nova” e que “não há por que não aceitar”. Tão bonzinhos, não é?

Entretanto, como não têm praticamente nada em comum com as preocupações do povo, suas argumentações carecem de qualquer sustentação. O que a nação sente é exatamente o contrário do que pensam os generais: o principal fator de intranquilidade hoje é precisamente a presença de Sarney no Planalto. Basta ver acontecimentos recentes.

O governo, por ordem do FMI, pretendeu investir contra a URP, congelando os salários por três meses. Recebeu o repúdio de todos os lados. Não conseguiu ganhar nem o seu ministério. Recuou e deixou a coisa em suspenso — e todo mundo intranquilo. Na última quarta-feira, este mesmo governo trapalhão decidiu violar um acordo com os funcionários do Banco do Brasil e conceder-lhes apenas um reajuste de 5%, quando estava acertado, e

homologado pela Justiça, um índice de 40%. Nesta crise chegou a demitir o presidente do BB, que discordava da arbitrariedade. Já na quinta, baratinado pelas áreas de atrito que criou, mais uma vez deu o dito por não dito e concordou com os 40%. Dá para ficar tranqüilo?

Quanto ao “bom senso” em relação ao parlamentarismo, não pode ser encarado como progresso. Faz parte da estratégia palaciana, de resolver as coisas por um jogo de dá-cá-toma-lá. O jogo é barganhar a solução de cinco anos com parlamentarismo. Que significa simplesmente decidir teoricamente pelo parlamentarismo e dar a Sarney um ano para torpedeá-lo. Não é “bom senso”, é trapaça.

É sabido que em política muitas vezes é necessário ceder para obter a unidade mais ampla. Mas daí imaginar que se pode abdicar dos interesses maiores do país e do povo, permitindo que um presidente desmoralizado, que só conta com o apoio da casta militar, pratique mais um ano de desgoverno, é um verdadeiro crime de lesa-pátria.

Na Constituinte e nas ruas, nas entidades, por todo lado, impõe-se o repúdio à injustificável intromissão dos generais na elaboração da Carta Magna. E o brado enérgico de que os brasileiros não aceitam os tabefes “no pé do ouvido” seja da parte de Sarney ou de seus partidários.

O fim da ditadura presidencialista (e do militarismo que a acompanha), assim como a realização de eleições presidenciais logo após a promulgação da Constituinte, são inegociáveis. Correspondem não a caprichos deste ou daquele partido mais sim a exigências fundamentais para abrir caminho na luta pela democracia e o progresso. Estes assuntos dividem hoje os campos dos progressistas, comprometidos com os trabalhadores e com as massas populares, e dos conservadores, adversários das mudanças.

Dia 8 de março: o Protesto da mulher

Nos quatro cantos do mundo as mulheres foram às ruas e praças contra as discriminações e violências. No Brasil, este ano, as manifestações também tiveram como palco as portas de fábrica. Leia na página 8.

Provocação inglesa contra América do Sul

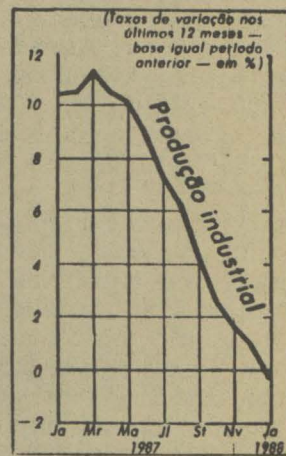
Apesar dos protestos dos governos da América Latina, o governo de Margaret Thatcher deu início a manobras militares no Atlântico Sul, alegando o domínio sobre as Ilhas Malvinas. Leia na página 2

Jogo sujo no Banco do Brasil

Na quarta-feira o governo decidiu dar apenas 5% de reajuste aos funcionários do BB, quando devia 40%. Chegou até a demitir o presidente do banco, Camilo Calazans. Na quinta voltou atrás, devido aos protestos generalizados, e aceitou cumprir o acordo de 40%. Amanhã não se sabe qual será a atitude. A nau sem rumo só tem um compromisso: arrochar o povo. Pág. 6

Aprofunda-se a recessão na indústria

A produção industrial caiu 8,6% em janeiro em relação ao mesmo mês do ano passado, segundo o levantamento do IBGE. Foi o pior resultado desde julho de 1983. Pela primeira vez o índice acumulado nos 12 meses foi negativo, -0,3% (dezembro ainda havia registrado uma ligeira expansão, de 0,9%, em relação aos 12 meses de 1986). O setor de bens de capital exibiu uma retração de 3,1% no período de um ano. A queda mais acentuada no mês foi no segmento de bens duráveis, -16,7% sobre janeiro de 1987. Vale destacar que desde julho de 1987 o índice mensal — de produção industrial vem declinando, evidenciando o estado recessivo da economia (foi -7,4% em julho; -6,9% em agosto; -6,8% em setembro; -8,2% em outubro; -2,6% em novembro;



-4,1% em dezembro e -8,2% em janeiro deste ano).

Nos próximos meses a tendência de queda deve prevalecer. O país está colhendo os frutos da política econômica entreguista do governo, que implica em forte redução do consumo interno de mercadorias. Leia mais a respeito na página 5.

Apoio brasileiro aos palestinos



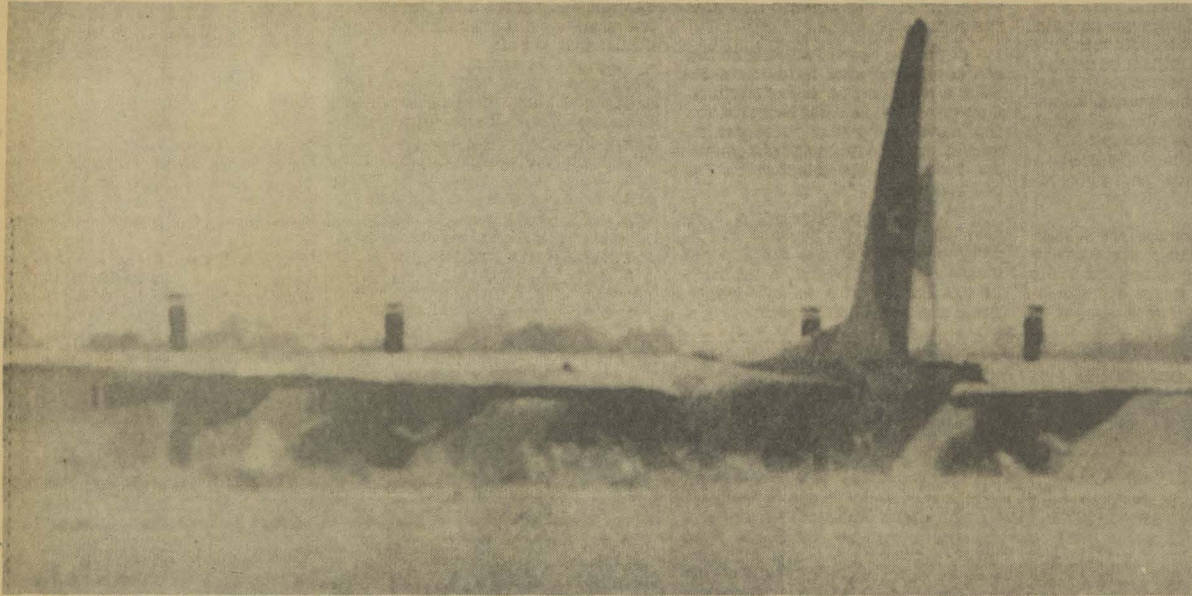
O ato diante do Teatro Municipal contra o sionismo

O Comitê Permanente de Solidariedade ao Povo Palestino realizou, em São Paulo dia 10, um ato de apoio à luta travada nos territórios de Cisjordânia e Faixa de Gaza contra os ocupantes sionistas. Os manifestantes saíram, em passeata, da praça Ramos de Azevedo para a praça da Sé, onde houve um culto ecumênico.

Em Estrasburgo, na França, o Parlamento Europeu condenou a repressão de Israel nos territórios ocupados, após romper acordos comerciais com o país. Os sionistas ficam, na página 2.

assim, cada vez mais isolados internacionalmente. Ao tempo em que, nas regiões sob domínio militar, desenvolve-se uma luta aberta contra o domínio dos racistas.

O testemunho de médicos e enfermeiros brasileiros que estiveram nos locais onde se travam os combates entre palestinos e sionistas, dão conta das atrocidades cometidas pelo Exército de Israel contra populares desarmados. Jovens, mulheres, crianças, velhos. Ninguém escapa da ira dos sionistas desandecidos. Leia mais a respeito na página 2.



O Hércules britânico em solo uruguaio: incidente de percurso na ação de guerra na América do Sul

MALVINAS

Provocação inglesa

Exercícios de guerra da Inglaterra no Atlântico Sul. Objetivo: ensaiar a defesa das Malvinas de um ataque da Argentina e “seus aliados” — dentre eles o Brasil. Em política externa, já disse o humorista Stanislaw Ponte Preta, os ingleses não são nada britânicos. Todos os países da América do Sul, com exceção do Chile (sob o domínio do fascista general Pinochet) protestaram contra as manobras. Até os Estados Unidos fizeram jogo de cena contra o ato inglês, mas estão garantindo infra-estrutura para as operações militares.

As manobras têm nome jocoso: *Firefocus*. Literalmente quer dizer “foco de fogo”. Mas os ingleses dizem que o *Fire* é abreviação de Falkland Islands Reinforcement Exercise, ou Exercício de Reforço das Ilhas Falklands (que é como eles chamam as Malvinas). O número de soldados envolvidos é segredo, mas gira entre 900 e 3 mil, da infantaria leveira, artilharia real e engenharia

ros militares. Eles estão sendo transportados da base militar de Brize Norton, perto de Londres, em aviões Tristar e Hércules. Um destes aviões, Hércules, trazendo munições e equipamento bélico, teve que fazer um pouso forçado no Uruguai. O governo deste país aquiesceu em recebê-lo, desde que, em seguida, ele retornasse para a Inglaterra, interrompendo a viagem para as Malvinas.

ILHAS ESTRATÉGICAS

Nas ilhas argentinas, controladas pela Inglaterra desde 1833, vivem menos de 2 mil pessoas e mais de mil soldados britânicos, permanentemente. Elas têm valor militar inegável. Podem viabilizar o desejo britânico de controlar 1,5 milhão de km² no continente antártico. Servem como base para os países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), na hipótese de uma guerra não nuclear ampliada, já que os EUA não conseguiram

fazer vingar sua proposta de criar um tratado militar no Atlântico Sul com os países latino-americanos e africanos. Podem servir de apoio logístico, também, para um ataque militar a um levante revolucionário na África do Sul, ou na eventualidade do fechamento do Canal do Panamá.

O governo de Margaret Thatcher anunciou que o objetivo básico das manobras *Firefocus* é demonstrar a capacidade britânica de deslocar reforços militares aéreos para as Malvinas, com grande rapidez. Hipocritamente, afirmou que com essa ação pretende “reduzir a tensão” na área. A lógica do agressor: se seus deslocamentos militares para a área forem rápidos e eficientes, não será necessário manter um contingente de soldados tão numeroso no Atlântico Sul.

Em suma: é a guerra imperialista rondando nossas praias. E sob o pretexto de aliviar nossas tensões... (Carlos Pompe)

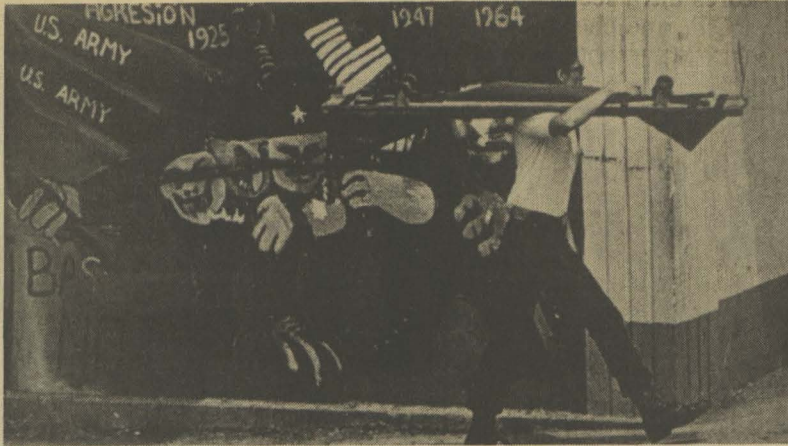
PANAMÁ

O que pretendem os EUA?

“Estamos estudando seriamente a possibilidade de romper relações diplomáticas com os Estados Unidos em consequência da agressão do governo desse país contra o povo panamenho”, anunciou o governo do Panamá na semana passada.

A crise entre Panamá e EUA vem se desenrolando nas últimas semanas. O governo de Ronald Reagan quer tirar da chefia das Forças Armadas o general Manuel Antonio Noriega, antigo agente da CIA mas que agora está em desavenças com a administração norte-americana. Para isso acionou o presidente do Panamá, Eric del Valle, que demitiu Noriega. Mas o chefe militar convocou seus comandados e destituiu o presidente...

A Casa Branca está insatisfeita com o general Noriega. Esse homem “nos foi útil”, confessa o vice-presidente e ex-chefe da CIA, George Bush. Mas agora ele não está mais obediente. Tem se recusado a entrar em atrito com a Nicarágua. Não cedeu território para o treinamento de mercenários “contras”. Mesmo as



Os norte-americanos não querem largar o canal do Panamá

provocações contra o governo sandinista, partidas do Panamá, foram suspensas...

Há também questões internas, do próprio Panamá. Em especial o canal. Por um tratado assinado entre o presidente Jimmy Carter e o presidente panamenho Torrijos, em 1977, a administração do canal passaria para o governo do Panamá no ano 2000.

No entanto, os sucessivos governos ianques buscaram sempre cancelar esse acordo e desestabilizar o governo panamenho visando impor alguém que abandone esse compro-

misso. Assim os EUA ficariam tranquilos no país, sem nenhuma incômoda exigência de retirada.

Por isso agora a CIA descarta seu antigo agente — o general Noriega — e busca substituí-lo por alguém mais dócil. O general, de sua parte, aumenta a resistência aos interesses ianques, mas sob o ponto de vista de um nacionalismo fascista, que nega as liberdades ao povo e à classe operária, a única capaz de conduzir o Panamá na trilha de um país independente e soberano.

Uma misteriosa operação militar

Os Estados Unidos vão desenvolver uma operação militar denominada “Guerra Total”, no Panamá. A informação é do porta-voz de uma unidade da Guarda Nacional dos EUA em Miami, Flórida, major Ken Forrester. “Os panamenhos nem saberão da nossa presença lá. Chegaremos voando, cumprimos nosso dever e voltaremos voando”. Ou seja: uma agressão aber-

ta a um país soberano do continente americano.

A unidade da Guarda Nacional da Flórida é especializada em luta na selva e seria a primeira a ser transferida para a América Central se os Estados Unidos se envolvessem em conflitos na região. Os treinamentos de guerra contra o pequeno país centro-americano ocorrem no momento em que aumentam as divergências

entre o governo de Ronald Reagan e o governo panamenho. Não há como dissociar a ação “secreta” de guerra em território panamenho com a intenção de Reagan de ameaçar com uma intervenção armada o Panamá, onde estão instaladas unidades militares ianques. Lá estão acantonados 10 mil soldados norte-americanos e mais de 30 mil cidadãos dos Estados Unidos.

presentante do povo do Sahara Ocidental”. O chefe do Estado Saharai expressou ao presidente da Albânia, Ramiz Alia, “a nossa profunda satisfação e agradecimento do povo saharai, de seu governo e da Frente Polisário”.

SAHARAUI

O reconhecimento albanês

A Albânia reconheceu oficialmente a República Árabe Saharai Democrática. Segundo um comunicado albanês, o governo “da República Popular Socialista da Albânia, conforme a sua posição de princípios bem conhecida

de apoio ao direito dos povos à autodeterminação e para estreitar os laços de amizade entre o povo albanês e o povo saharai, decidiu reconhecer oficialmente a República Árabe Saharai Democrática e o seu governo, como re-

PALESTINA

Sob fogo cerrado

O cirurgião torácico, Agnelo Santos Queiroz Filho, e a enfermeira Elzira Maria do Espírito Santo visitaram, juntamente com uma delegação de profissionais de saúde brasileira, o campo de refugiados de Bureij, na Faixa de Gaza — região ocupada militarmente por Israel. Aqui, eles contam o que viram nessa região, onde se multiplicam os enfrentamentos entre a jovem população palestina e o exército sionista.

“Visitamos várias pessoas agredidas, tendo braços, pernas e costelas fraturadas. Presenciamos três casos de pessoas sem a mão direita, amputadas pelas tropas israelenses. Um caso que nos chamou bastante atenção foi o de um jovem, de 23 anos, que devido a agressões dos sionistas teve sua cabeça socada contra a parede até que perdesse a consciência. Hoje ele encontra-se em estado de mutismo e amnésia. Nas visitas a essas casas, saímos às escondidas para evitar represálias dos soldados às pessoas agredidas.

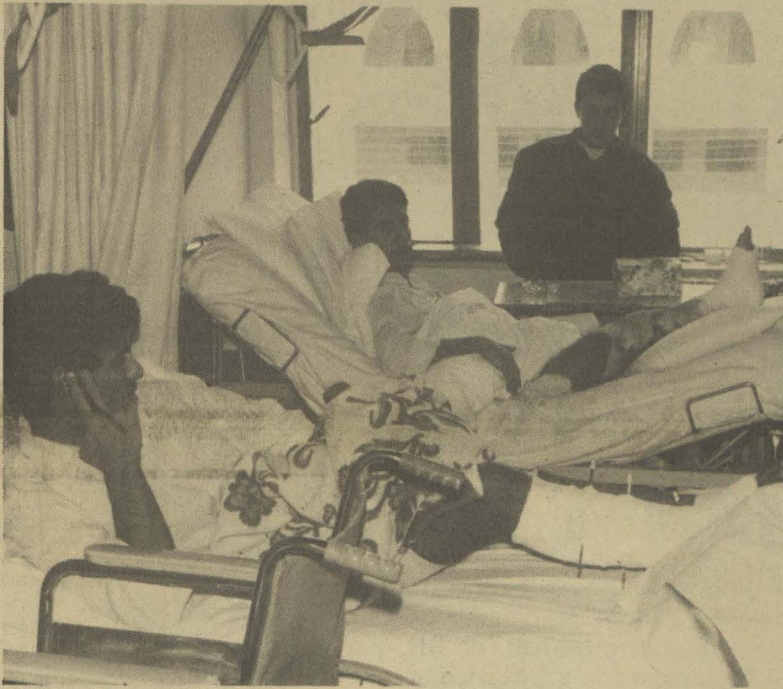
“No dia 30 trabalhamos no Centro de Saúde, num atendimento mais curativo, que preventivo. Demos assistência a vários pacientes vítimas de agressão, inclusive uma senhora idosa, com vários hematomas nas coxas e pernas. Ficamos de voltar ao Centro, mas no dia seguinte o campo foi cercado e isolado pelas tropas de Israel.

“Permanecemos em casa, e ocorreram conflitos perto de

nós. Os soldados assassinaram um palestino e feriram 10 pessoas no campo. Um menino de 10 anos, irmão da vítima, foi contido pelas pessoas da família que nos alojava. Com pedras na mão e profundamente revoltado, queria partir para cima dos soldados que mataram seu irmão. Inúmeras mulheres e crianças saíram às ruas com pedras na mão, em direção do local do assassinato.

“As 3 horas da madrugada, os soldados ainda circulavam com alto-falantes potentes, anunciando o fechamento do campo. Exigiam que a população não abrisse portas e janelas. Ao amanhecer, o campo estava deserto. Tropas, tanques de guerra, armas pesadas circulavam ostensivamente. Na nossa casa instalou-se um clima de terror. Olhávamos pelas venezianas, para que os soldados não nos vissem. Ficamos incomunicáveis. Não tivemos notícia do campo até a madrugada seguinte, quando se repetiu o mesmo ritual terrorista por parte das tropas.

“Persistiu o clima de tensão e insegurança entre os palestinos. Apesar de tudo, observamos um nível elevado de organização do povo. Só pudemos sair do campo quando a população conseguiu nos colocar numa ambulância da Cruz Vermelha Internacional. Ao passarmos pela barreira, dentro da ambulância, fomos inquiridos pelos soldados que exigiam nosso passaporte e carteira comprovando a atividade profissional”.



Vítimas dos sionistas atendidas por brasileiros

URSS

Preços liberados

“As cooperativas poderão fixar seus preços com total liberdade e obter o lucro que desejarem, porém o governo, fundamentado em seu objetivo de distribuir a justiça social, reserva-se o direito de regular as receitas, através da cobrança de impostos”. Dessa forma a agência soviética de notícias “TASS” referiu-se ao projeto de lei disciplinando o lucro das empresas, elaborado pelo governo revisionista.

De acordo com trechos do discurso de Gorbachev sobre o assunto, publicado no jornal “Pravda”, muitas empresas “estão se aproveitando (dos baixos impostos) e conseguindo altos lucros, ganhando dinheiro demais”. A taxaação prevista é de 3% sobre a renda. Em um período menor do que um ano, depois que a legislação sobre as empresas entrou em vigor na União Soviética, nada menos que nove mil cooperativas de tipo privado foram criadas no país, empregando 90 mil trabalhadores. Elas atuam nos mais variados setores, desde bares e restaurantes, até clínicas médicas e salões de beleza e podem manter relações econômicas regulares com empresas de países estrangeiros.

O novo projeto de lei sobre lucros dá bem a medida da natureza do sistema econômico vigente na União Soviética. O princípio do lucro com o motor da atividade econômica, não só aceito, como incentivado, precisando apenas, como em todo país capitalista, ser disciplinado através de impostos. E os empresários “estão ganhando demais” ou seja, acumulando capital, conforme reconhece o líder revisio-



Gorbachev: socialismo do lucro?

nista Gorbachev. Interessante é que o incentivo à iniciativa privada ocorre 70 anos após uma revolução, cujo objetivo maior foi precisamente liquidar com as formas de produção capitalistas, isto é, eliminar a propriedade privada, substituindo-a por um regime de produção mais avançado. E ainda há os que chamam a isto de “socialismo avançado”.

A CIA no poder

Sinal dos tempos: um homem da CIA na presidência dos Estados Unidos! No último dia 9 o vice-presidente George Bush garantiu: “Serei o próximo presidente dos EUA”, considerando sua vitória em 16, dos 17 Estados, onde o Partido Republicano realizou eleições primárias na chamada “superterça-feira”. “Vou continuar a revolução de Reagan”, acrescentou. De fato, a escalada antidemocrática de Reagan terá continuidade com Bush. Não foi à toa que o aparelho estatal ianque foi colocado a serviço da campanha do ex-dirigente da central de espionagem norte-americana. Tempos difíceis estes para os norte-americanos. E para os cidadãos do mundo, amantes da liberdade.

A cor do dinheiro

O senador mais rico da Itália é Guido Rossi, do PCI revisionista. É o que revelam as declarações de renda dos 300 senadores italianos, apresentadas dia 8, referentes a 1986. Guido Rossi foi presidente da Consab — organização de controle da Bolsa de Valores. Rossi declarou que sua renda foi de 2,1 milhões de dólares em 86. Um dos dirigentes do partido revisionista italiano, a magnitude dos bens pessoais do senador dão bem a dimensão do por que o PCI defenda a colaboração de classes entre explorados e exploradores — magnatas, como Rossi, e operários. Para gente assim, não interessa a revolução. Eles tem mais, muito mais a perder — milhões de dólares a mais — e não são os grilhões de classe operária.

A sangue frio

O ministro das Relações Exteriores da Grã-Bretanha, Geoffrey Howe, admitiu, na semana passada, que a polícia matou três opositores, ligados ao Exército Republicano Irlandês (IRA), que estavam desarmados. Os opositores também não estavam em nenhum carro-bomba, o primeiro argumento utilizado pelo governo para justificar os assassinatos. Os três mortos foram Mairead Farrell, de 31 anos, Daniel McCann, de 30, e Sean Savage, de 24. O governo havia dito que estes opositores estavam num carro com 1.100 kg de explosivos plásticos, “possivelmente obtidos com ajuda do grupo separatista basco ETA”, mas depois viu-se obrigado a desmentir a informação. Segundo o IRA, o que ocorreu foram “execuções a sangue-frio pelas forças da Coroa”.

Poder concentrado

O comandante da Força Aérea do Chile, general Fernando Matthei, informou que ele e os comandantes do Exército, Marinha e Corpo de Carabineiros se reunirão no segundo semestre deste ano para escolher o candidato único à presidência do país. Matthei e seus comparsas foram nomeados para os comandos das tropas armadas chilenas pelo general Pinochet. Tudo indica que agora retribuirão a cortesia, indicando Pinochet para presidente do Chile até 1997. É o sistema de governo de Pinochet, um homem que diz que a democracia está falida. Nem todos os militares — apenas os comandantes — têm direito a voto. Ao mesmo tempo, a Comissão Internacional de Juristas, em Genebra, divulgou que existem 8.188 casos de violação de direitos humanos, no reino do general Augusto Pinochet.

Corte Marcial

Nove oficiais argentinos que lideraram a rebelião de janeiro, chefiada pelo tenente-coronel Aldo Rico, serão submetidos à Corte Marcial. Será convocado um Conselho de Guerra para julgar os tenentes Ariel Castellanos, Alejandro Corletti, Miguel Anvarez, Gustavo Cadenas e Franco Farina, e os subtenentes Jorge Garbini, Carlos Desimone e Carlos Corral. Todos estão presos na penitenciária militar de Madalena, arredores de Buenos Aires.

Tribuna Operária

Semanário Nacional
Faça já sua assinatura e ajude a Imprensa Operária que luta pela libertação e pelo Socialismo

- ☐ Anual (52 edições) Cz\$ 3.000,00
- ☐ Anual Popular (52 edições) Cz\$ 1.500,00
- ☐ Semestral (26 edições) Cz\$ 1.500,00
- ☐ Semestral popular (26 edições) Cz\$ 750,00
- ☐ Anual para o Exterior US\$ 70

Nome:
Endereço
Bairro
Cidade: CEP:
Estado:
Profissão:
Data:
Recorte este cupom e envie junto com cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda. Rua Adoniran Barbosa, 55 Bela Vista SP CEP: 01318

MANDATO

Sarney pede socorro aos militares

Às vésperas de ser submetida à votação pelo plenário da Assembléia Nacional Constituinte, a luta em torno da duração do mandato presidencial ganhou novos contornos durante a semana passada. O episódio mais importante foi a reunião dos ministros militares, realizada na quinta-feira, de onde surgiram novas ameaças contra a aprovação dos 4 anos, tendência ainda dominante entre os constituintes.

“Analisamos a questão do mandato e manifestamos nossa preocupação com as dificuldades que as eleições em 1988 trarão para o ano em curso”, revelou o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Moreira Lima. Acrescentou que a aprovação dos 4 anos “poderá provocar o agravamento da crise econômica e política, trazendo instabilidade para as instituições”. Ele chegou a falar em “dificuldades insuportáveis”.

INVERSÃO DA REALIDADE

Na verdade, como notou o deputado Aldo Arantes, no discurso que fez em nome da liderança do PC do B na sexta-feira pela manhã, o ministro está procurando inverter a realidade: “5 anos significará o

aprofundamento da crise”, sustenta o parlamentar goiano.

A política de arrocho salarial, de contenção do déficit público com corte dos vencimentos do funcionalismo e investimentos estatais, aprofundando a recessão, bem como a renegociação da dívida às custas da soberania nacional. Tudo isto — raciocina o parlamentar —, mais a incapacidade do governo Sarney de tomar decisões, configurando um vazio de poder, indica que o mandato de 5 anos representa uma insanidade política e uma irresponsabilidade. O país vive uma crise conjuntural e, para superar esta crise, é preciso realizar eleições presidenciais neste ano.

De qualquer forma, a pressão dos militares evidencia de um lado o desespero e de outro a decisão do Planalto de apostar todos os seus trunfos nos 5 anos. Outro exemplo disto é a tentativa de negociar o sistema parlamentarista com mandato de 5 anos para Sarney, “o que é inaceitável e desmoraliza o parlamentarismo”, nota Aldo Arantes.

O constituinte do PC do B lembra que o governo iniciou sua luta em favor dos 5 anos “implementando o fisiologismo e tentando corromper a



O brigadeiro inverte os fatos

qualquer preço a Constituinte, o que não deu certo. Depois disto levantou a possibilidade de recorrer ao Supremo Tribunal Federal, alternativa inviável tanto política quanto juridicamente. Agora retomou a tática da pressão, ao mesmo tempo em que contratou os trabalhos de Talles Ramalho, uma velha raposa política para tentar reverter a tendência atual pelos quatro anos. Ontem (quinta-feira) recorreu ao pronunciamento dos militares”. É pouco provável que consiga fazer vencer a tese dos 5 anos, mesmo porque, como lembrou o senador Maurício Correia (PDT-DF) “ministro militar não vota”.



O “Dia do Basta” reuniu 5 mil pessoas na capital paulista, e ocorreram manifestações também no interior.

O Brasil diz basta a Sarney

Atos públicos e manifestações em inúmeras cidades, em praticamente todas as unidades da Federação. Esta foi a característica mais positiva do “Dia do Basta”, 4 de março, convocado por partidos e entidades democráticas para repudiar o governo Sarney.

Em São Paulo, além da manifestação de 5 mil pessoas na capital, ocorreram atos significativos no ABC, em Santos, Osasco, Campinas, Ribeirão Preto e Sorocaba, entre outros municípios.

O “Dia do Basta” reuniu a articulação unitária do Rio de Janeiro até o momento, e para isso pesou a atuação da OAB. Foram organizadas tribunas livres na Cinelândia, Praça XV, Central do Brasil e Praça Rocha Miranda. O tom unitário só foi rompido por membros de setores ultra-sectários do PT e PDT, que chegaram a agredir fisicamente peemedebistas.

Também em Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre, São Luís, Fortaleza, Curitiba, Goiânia, Belém, Cuiabá, Campo Grande, João Pessoa, Florianópolis e Aracaju ocorreram manifestações.

Força Baiana
O ato mais expressivo ocorreu em Salvador, onde 15 mil pessoas percorreram em passeata o trajeto do Campo Grande à Praça Municipal, exigindo o fim do governo Sarney, diretas 88, fim do arrocho salarial e denunciando os integrantes do “Centrão” na Bahia.

Do comitê organizador do ato participaram cinco partidos políticos, entidades nacionais como CGT e CUT, CNB e OAB, além de sindicatos, associações de moradores, diretórios estudantis. O comitê obteve o apoio do governador Waldir Pires, que colaborou com a manifestação.

Os trios elétricos “Top 69” e “Panela Vazia” e a

banda “Afro Olodum” fizeram todo o percurso tocando músicas políticas e paródias, citando o nome dos integrantes do “Centrão” e ouvindo dos manifestantes em coro a resposta: “É traidor!”

Presença do PC do B
Houve comício na Praça Municipal, onde falaram, entre outros, o presidente da OAB, Rubem Mário, o presidente da Assembléia Legislativa, Coriolano Sales, e o presidente regional do PC do B, Péricles de Souza. O dirigente comunista denunciou o clima de golpe branco hoje existente no Brasil, com a intenção de Sarney de recorrer ao Poder Judiciário caso a Constituinte aprove os 4 anos para seu mandato.

Os militantes do PCB do B usaram e distribuíram fitas e adesivos da candidatura de Lídice da Mata à Prefeitura de Salvador.

(Das sucursais)



O “Centrão” já não consegue impor suas propostas impatrióticas no plenário da Constituinte.

CONSTITUINTE

Derrota do “Centrão”

A votação do título sobre a organização do Estado na nova Constituição mostrou, mais uma vez, que o “Centrão” não é mais aquele. Depois de negar quórum durante duas sessões, o grupo foi obrigado a concordar com a inclusão no texto constitucional do sub-solo como um bem da União. O “Centrão” havia retirado, de seu texto básico, o sub-solo como propriedade da União. Com isso, as riquezas minerais do país passariam a ser propriedade dos latifundiários e das multinacionais.

Entretanto o agrupamento direitista não teve condições políticas e força de mobilização para garantir a aprovação de mais esse golpe na soberania nacional. O texto finalmente aprovado diz o seguinte: “Incluem-se entre os bens da União os recursos naturais, inclusive os do sub-solo”.

Outro dispositivo aprovado refere-se às terras indígenas. Substituiu-se a formulação original de “terras imemoriais dos índios” por “terras ocu-

padas permanentemente pelos índios”.

Nas questões políticas estaduais e municipais o principal avanço foi a garantia das eleições em dois turnos para governadores e prefeitos, embora no caso das eleições municipais tenha prevalecido a posição do “Centrão” de limitar os dois turnos aos municípios com mais de 200 mil eleitores.

Foi uma árdua batalha. Os setores conservadores e fisiológicos tentaram aprovar uma emenda que suprimia totalmente o princípio dos dois turnos para a eleição de prefeito. Por pouco esta emenda não foi vitoriosa, já que obteve 274 votos, contra 217. Mas não atingiu o quórum qualificado de 280 votos para garantir a sua aprovação.

CÂMARA DAS CAPITAIS

A Constituinte aprovou, por 336 votos contra 22, uma emenda apresentada pela deputada Lídice da Mata, do PC do B-BA, ampliando o núme-

ro de vereadores nos municípios que possuem de 1 milhão a 5 milhões de habitantes. Nesses municípios, proporcionalmente à população, o número de vereadores será de 33 a 41. O aumento do número de vereadores nesses municípios, dentre eles boa parte das capitais brasileiras, significa uma ampliação e fortalecimento da representação popular.

Foi também aprovada a autonomia política do Distrito Federal, com eleição direta do governador e de 24 deputados estaduais. O texto vincula essas eleições com as dos governadores de todos os Estados, o que significa que a autonomia de Brasília só será consumada em 1990. Mas poderá ser votado um artigo nas Disposições Transitórias marcando as primeiras eleições na Capital Federal para este ano, com o governador e deputados cumprindo um mandato — também de 2 anos. (Moacyr de Oliveira Filho, de Brasília).

PREFEITURA-SP

Sílvio Santos vem aí?

O mais novo candidato à prefeitura de S. Paulo acaba de filiar-se ao PFL, mas quando convidado a descrever seu partido limita-se a indagar: “O que será que eles querem de mim?” Esse mesmo homem está encaminhando a seus possíveis eleitores um questionário, para saber se tem o direito de “ir a Miami quando desejar e deixar o governo na mão do vice”. E para expor sua incrível versatilidade, alegra-se em dizer que aceita ser “até ditador de extrema direita, se os militares quiserem”.

O mais novo candidato à prefeitura de S. Paulo é Sílvio Santos; **show-man** e proprietário do Sistema Brasileiro de Televisão. Várias vezes acusado por crimes de estelionato e especulação imobiliária. Amigo dos militares, construiu em tempo recorde a segunda maior rede de telecomunicações do Brasil. Hábil em burlar a lei, tornou-se um dos homens mais ricos do Brasil vendendo promessas e ilusões aos pobres e arrecadando deles bilhões de cruzados no “Baú da Felicidade”.

A candidatura Sílvio San-

tos, cujo anúncio confundiu-se nos primeiros dias com um golpe publicitário destinado a fortalecer a luta da SBT na guerra de audiência que começou a mover contra a Globo, ganhou rapidamente o apoio da direita. Maluf, que esteve com ele dia 8, disse que “a política precisa de gente nova”. Jânio Quadros viu com simpatia suas pretensões. E Delfim Netto, um dos que defende com mais ênfase o “capitalismo moderno” no Brasil, deu seu veredicto: “Ele já provou que é um bom administrador de empresas.”

JOSÉ DUARTE

Fora dos trilhos

Com a divulgação pelo jornal “A Classe Operária” do documento “Sobre a conduta apartidária de José Duarte”, em sua edição da semana passada, mais uma vez se colocou em evidência o preceito enunciado por Diógenes Arruda Câmara de que *ser comunista é uma opção cotidiana*. Aos 81 anos, com mais de 60 de militância, José Duarte resolveu abandonar o partido que o projetou internacionalmente, o Partido Comunista do Brasil. Foi o que ocorreu no dia 24 de fevereiro, quando chamado pela direção nacional do PC do B para uma reunião, Duarte deixou claro seu abandono das fileiras partidárias.

Na ocasião, segundo o documento aprovado na reunião do Diretório Nacional do dia 7 de março, o ex-dirigente do partido alinhou um conjunto de argumentos escorados em interpretações fantasiosas de acontecimentos que remontam a quase dez anos atrás, apesar de que pela primeira vez estavam sendo por ele levantados. Revelou, também, estar “vivendo um período em que se faz avaliação de tudo”, chegando a mencionar “o caso de que na própria URSS foram reabilitados vários

elementos”. Depois de embalar fatos e datas a respeito da história recente do PC do B, anunciou que “não mais iria a nenhuma reunião do Comitê Central ou de outros comitês do partido”.

AMBIÇÃO PESSOAL

O documento e a resolução da direção nacional do PC do B destacam em seguida que a atitude de José Duarte tem caráter meramente pessoal, fazendo transparecer, como diz o texto divulgado, “exagerada ambição por cargos e desejo mórbido de promoção individual”. Acrescenta ainda que Duarte, com esta deserção das fileiras partidárias, revela sua concepção personalista, pequeneno-burguesa, quanto ao caráter proletário do PC do B.

Mais adiante, o documento história a conduta de Duarte colocando que ele “viveu nas fileiras partidárias inconformado por não ser exaltado e glorificado como grande dirigente, procedimento inadmissível numa organização revolucionária que objetiva o socialismo e o comunismo”. Segundo a direção nacional do partido, José Duarte não havia apresentado até a data de sua última reunião divergên-

cias de princípio, políticas ou ideológicas. Ao contrário, os problemas levantados por ele, foram canalizados apenas em função de pessoas, de cargos e de disputas de direção.

A partir daí, o documento da direção do PC do B faz uma análise das posições de José Duarte que se declarou, junto à executiva nacional, “um comunista sem partido” (como se isso fosse possível partindo-se do princípio leninista que não concebe um comunista fora de sua organização política), concluindo que “é realmente melancólico que José Duarte, após tantos anos de vida partidária e no fim de sua existência tenha escolhido, por vaidade exacerbada e amiza- zades pessoais, um caminho que se entrelaça, queira ele ou não, com os objetivos da pior reação em luta contra a classe operária e o seu partido de vanguarda”.

A resolução, por fim, condena a conduta de Duarte, aprova a divulgação do documento que analisa as circunstâncias que culminaram com o seu afastamento da direção e das fileiras partidárias, convocando a militância a permanecer vigilante na salvaguarda da unidade do partido.

DIREITOS HUMANOS

Médicos punem torturador

O sentimento corporativista que sempre grassou nos conselhos de medicina foi rompido, na semana passada, pelo CRM do Rio de Janeiro. Pela primeira vez foi condenado, um médico por questões éticas: o ex-tenente-médico do Exército Amílcar Lobo teve seu direito de exercer a profissão cassado pela sua atuação como torturador na década de 70 nas de-

pendências do Exército no Rio.

Em setembro de 1986 ele confessou numa revista de circulação nacional que havia presenciado a agonia do deputado federal Rubens Paiva, morto em 1971. Acrescentou, também, que todos os presos naquela época eram torturados no quartel em que trabalhava. Pesa sobre Amílcar Lobo,

ainda, uma acusação de homicídio no município de Vassouras, em que é acusado de mandar matar o lavrador Nilson Diogo. Os movimentos de anistia e todos os setores progressistas da nação exigem a apuração completa dos crimes cometidos pelos regimes militares, mandantes e responsáveis por mais de trezentos assassinatos de prisioneiros políticos.

SEMANA ECONÔMICA

A dívida interna pára o Brasil

Os conservadores declaram guerra contra os salários do funcionalismo, e dizem que eles são a causa do desequilíbrio completo das finanças públicas. A verdade, porém, é outra. Com o agravamento da crise, vai se tornando dramaticamente difícil pagar a dívida interna, um subproduto do modelo econômico que os militares adotaram e a Nova República não ousou alterar.

“Aproxima-se a hora da verdade!” Com este sinal de alarme o jornal “O Estado de S. Paulo” iniciou, no dia 26 de fevereiro, um editorial em que chamava a atenção para as nuvens negras que se formavam no horizonte econômico. O pagamento dos funcionários públicos e dos trabalhadores das estatais, afirmava o jornal, estava abocanhando parcelas cada vez maiores da receita tributária líquida da União, e levaria o Estado inapelavelmente à bancarrota. Mais adiante, o editorial advertia para as consequências amplas e tenebrosas que adviriam deste fato, e terminava com uma comparação certamente incômoda para uma minoria de brasileiros que está cada vez mais preocupada em saber se a instabilidade em que o país mergulhou não irá, num dado momento, ameaçar sua fortuna e privilégios! “Reunidos para resolver um problema de déficit de caixa da Coroa, e não tendo resolvido” - dizia - os Estados Gerais da França acabaram conduzindo o país, em 1789, à revolução e ao “terror jacobino”.

O salário não subiu

A matéria do “Estadão” continha exageros evidentes. Mas de certa forma soube antecipar os dias conturbados que o Brasil passou a viver a partir de março. Dias repletos de ingredientes explosivos como o surgimento de divergências graves e prolongadas no seio do ministério de José Sarney, a demissão em uma só semana dos presidentes do Banco do Brasil e do Banco Central, a oposição dos ministros militares a planos que a área econômica do governo julga indispensáveis, e a criação rápida de condições para a eclosão de um intenso movimento grevista.

É muito fácil demonstrar que os conservadores apontam causas falsas para o problema do descontrole orçamentário. Talvez os funcionários da União tenham

conquistado um pequeno aumento real de salários em 87 - algo em torno de 25%, como alega o governo. Mas é incontestável que esta elevação ocorreu a partir de um patamar achatado durante anos. Um estudo de Sérgio Couto dos Santos, presidente do Conselho Regional de Economia do Distrito Federal e assessor do Ministério do Trabalho acaba de demonstrar que entre 1976 e 1987 os salários dos servidores da administração pública direta e autárquica perderam entre 70 e 80% de seu poder aquisitivo. O acréscimo obtido em 87, portanto, foi apenas suficiente para repor parte desta perda.

A explosão da dívida

No entanto, os mesmos anos que marcaram o empobrecimento dos trabalhadores foram caracterizados por um gigantesco endividamento interno do Estado brasileiro, em benefício dos grandes grupos financeiros, das multinacionais e do grande capital brasileiro. Os dados são eloquentes. O professor Dércio Garcia Munhoz, da Universidade de Brasília, demonstrou na semana passada que o total da dívida, que era de 10 bilhões de dólares até 1980, aproxima-se rapidamente dos 100 bilhões de dólares. Tais débitos, uma espécie de subproduto do modelo de desenvolvimento em vigor no país e da transferência maciça de recursos para o exterior (veja quadro a respeito), são a verdadeira ruína financeira do Tesouro brasileiro.

Continuemos com os cálculos de Munhoz. Apenas em um ano - 1987 - a dívida interna cresceu de 900 bilhões para 5,5 trilhões de cruzados. Descontada a inflação anual, chegaremos, ainda assim, a um aumento real de Cz\$ 1,315 trilhões. Perto desse número, os Cz\$ 300 bilhões gastos no mesmo ano com os salários de absolutamente todos os funcionários da União não passam de brincadeira de criança.

Como surgiu a dívida.

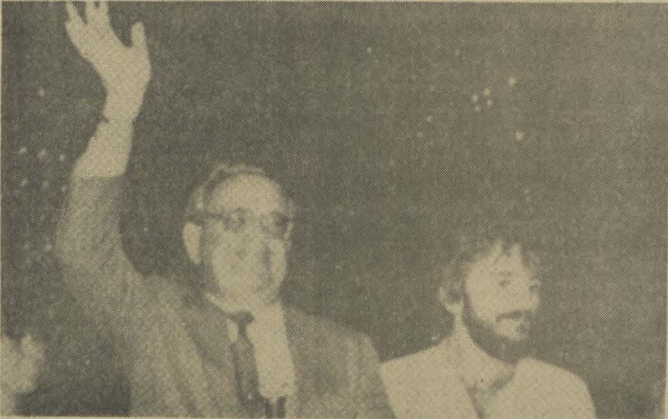
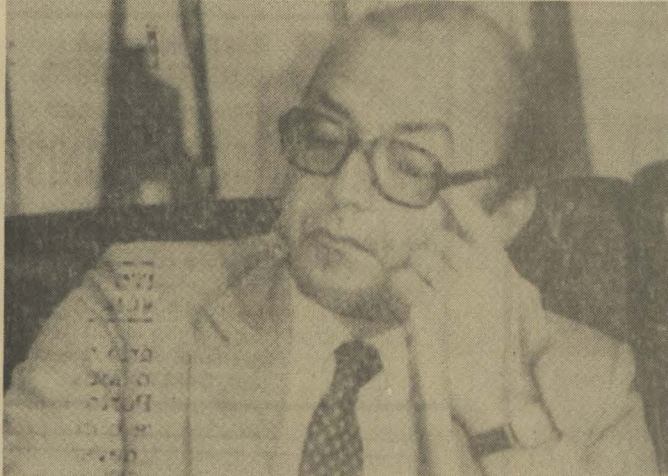
A dívida interna monumental que o Estado brasileiro acumulou na última década tem duas grandes causas, ambas igualmente relacionadas com o modelo particular de desenvolvimento em vigor no país.

A primeira causa, são as transferências maciças de renda ao exterior. Os governos militares promoveram um endividamento externo sem precedentes na história do país. A alta da taxa internacional de juros obrigou o Brasil, a partir de 1982, a remeter cerca de 10 bilhões de dólares por ano aos bancos credores. Isso exige que uma parte significativa de todas as riquezas produzidas pelo país seja enviada ao exterior.

Mas este rombo não pesa igualmente sobre toda a sociedade. A partir de 1979, as autoridades econômicas criaram uma série de mecanismos para transferir qua-

se toda a dívida externa que as empresas particulares tinham acumulado para as costas do Estado. Foi uma operação monumental de favorecimento a uma classe, cujas dimensões provavelmente não têm paralelo em toda a história do país.

É o Estado, portanto, que paga a dívida. Para isso, ele realiza uma operação que poderia ser reduzida, num esforço de simplificação, aos seguintes termos. O governo compra os produtos de exportação, vende no exterior e honra os juros externos. Mas é obrigado a pagar em cruzados as compras que fez junto aos exportadores. A brincadeira custa 1 bilhão de dólares por mês, e como não é possível dispor dessa montanha de dinheiro o governo acumula uma dívida interna que num dado momento torna-se incontrolável.



Mailson quis cortar a URP dos funcionários, os militares não concordaram. Costa Couto prefere o congelamento geral de salários, mas esbarra nos temores de Amato. Na dúvida, o governo demite Calazans, que defendia o aumento acertado. E a hesitação gera mais problemas, como aumentos recordes de preços.



Pressões do FMI

O governo, porém, passou a desencadear uma autêntica temporada de caça aos salários por motivos bastante precisos. A equipe do ministro Mailson da Nóbrega está realizando os acertos finais com os credores da dívida externa para um acordo válido por 20 anos. Por implicar no fim da moratória, e na retomada do volume tradicional de remessas de recursos para o exterior, este acordo acabará exercendo, em 88, uma pressão ainda mais violenta sobre a dívida interna. Os conservadores temem que esta pressão seja a gota d'água capaz de entornar o copo e levar o Estado à falência. E imagina que a forma de torná-la suportável é reduzir ao máximo as despesas do governo com o pagamento dos trabalhadores. Os bancos credores e o FMI compartilham deste ponto de vista, e exigem que ele seja levado à prática.

Acontece que promover um novo arrocho salarial tornou-se particularmente difícil devido ao agravamento da crise econômica e ao clima de ebulição política que o país atravessa. Ainda que

os vários setores da direita concordassem em tese com o arrocho, cada um deles passou a defender uma forma distinta de adotá-lo. Isso gerou fortes disputas e mantinha o governo inteiramente paralisado, até o final da semana passada.

Prepara-se a greve!

A proposta dos ministros Mailson da Nóbrega e João Batista Abreu - fim da URP só para funcionários públicos - esbarrou na oposição de quase todo o ministério, e em reclamações ainda mais intensas dos ministros militares. Um novo choque geral de preços e salários, defendido pelo ministro Camarinha, do Estado-Maior das Forças Armadas, recebeu por sua vez o repúdio imediato da FIESP. Procurando uma terceira alternativa, o ministro Ronaldo Costa Couto sugeriu uma nova política salarial para todos os trabalhadores - talvez a volta da trimestralidade - mas o governo teme que as consequências políticas sejam ainda piores, e os empresários assustam-se com a possibilidade de uma recessão profunda.

A burguesia vê o fantasma da

Revolução Francesa - que grande sinal dos nossos tempos! - mas não sabe como enfrentá-lo. E enquanto hesita alimenta ainda mais suas próprias dificuldades. Na primeira semana de março, a “Folha de S. Paulo” constatou um aumento recorde nos preços dos supermercados paulistas, devido ao temor dos grandes comerciantes em relação a um novo congelamento. No dia 7, Mailson da Nóbrega pensou que diante da falta de soluções talvez pudesse ganhar tempo cortando cabeças. Demitiu Camilo Calazans, presidente do Banco do Brasil, e criou uma nova área de atrito, agora com o setor poderoso que se encontra à frente das empresas estatais. No dia 10, reduziu substancialmente o aumento que a Justiça do Trabalho havia concedido aos funcionários do banco, o que economizará apenas tostões dos cofres públicos, e causará a ira dos trabalhadores. No mesmo dia o movimento sindical passou a articular uma resposta para o caso de vir, de fato, um novo e grande arrocho. O nome da resposta é greve geral.

(Antonio Martins)

Por que o parlamentarismo?

A Assembléia Constituinte irá votar no começo desta semana qual o sistema de governo que será instituído no país. Irá decidir se o presidencialismo imperial continua ou se será implantado o parlamentarismo. Trata-se, sem dúvida, de uma das principais batalhas travadas na Constituinte, e que poderá promover a transformação mais importante, mais fundamental para a consolidação da democracia em nosso país.

Nos momentos em que antecedem a decisão, os dois lados preparam-se para a batalha. O ex-governador Leonel Brizola, presidente do PDT e eterno candidato ao trono, reabriu suas baterias contra o parlamentarismo. E qual é o argumento básico do ex-governador? Segundo Brizola, o parlamentarismo representaria uma cassação do voto popular. A tese não é verdadeira. Em primeiro lugar, porque o voto popular estará sendo mais valorizado pelo parlamentarismo, na medida em que não só o Presidente da República, que exerce as funções de chefe de Estado como o próprio primeiro-ministro, chefe de governo, serão eleitos pelo voto popular. O presidente, diretamente pelo povo, e o primeiro-ministro pe-

OPINIÃO PARLAMENTAR



Haroldo Lima
Líder da bancada do PCdoB

lo Congresso, que é eleito pelo povo, e o primeiro-ministro pelo Congresso, que é eleito pelo povo e tem suas funções valorizadas.

Como se isso não bastasse, o argumento de Brizola encerra um outro equívoco, que é o de não compreender que o parlamentarismo dá ao povo o poder destituir legitimamente e sem golpes um governo que não mais atende aos seus interesses. Assim como o povo elege, o povo pode derrubar.

O líder do PT na Constituinte e candidato a presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, tam-

bém criticou o parlamentarismo. O argumento central de Lula é questionar se o parlamentarismo seria uma “solução possível a longo prazo” ou não passaria de um “arranjo improvisado para contornar dificuldades conjunturais”. No nosso entendimento, a visão de Lula também é equivocada. A implantação do parlamentarismo em 1961, para possibilitar a posse de João Goulart, essa sim foi um arranjo conjuntural. Agora a situação é completamente diversa, a começar pela soberania da própria Constituinte.

Os presidencialistas que integram uma frente formada por constituintes do PMDB, PFL, PDT e PT, tendo à frente o governo Sarney e os militares, na sua ofensiva contra o parlamentarismo tenta, ainda, criar uma fórmula enganosa que chama de presidencialismo mitigado. Essa fórmula não passa de uma falsificação grosseira e uma tentativa de enganar a opinião pública, principalmente quando utiliza a terminologia de primeiro-ministro para designar uma pessoa que seria um mero coordenador do ministério, sem mexer na essência da centralização do poder político no regime presidencialista.

O vexame de Mailson

Capitulação incondicional do governo. Com este final melancólico e previsível terminou, no último dia 7, a disputa novelesca que se arrastava desde outubro do ano passado envolvendo de um lado as montadoras de automóvel, capitaneadas pela Autolatina, e de outro as equipes econômicas chefiadas por Bresser Pereira e Mailson da Nóbrega.

A capitulação veio por meio de uma portaria do Ministério da Fazenda. Ela autoriza a indústria automobilística a fixar os preços de seus produtos em regime de “liberdade vigiada”. As empresas continuarão fornecendo suas planilhas de custos ao CIP, mas poderão adotar preços até 20% superiores a estes custos.

Esta sistemática, aliás, já vigorava na prática há alguns meses. Nem isso foi capaz de satisfazer uma das empresas, a Autolatina, que manteve na Justiça representação contra o ministro da Fazenda, e só aceitou retirá-la quando o governo submeteu-se ao vexame de assinar a rendição formal.

Mas qual o significado da medida? Do ponto de vista político, qualquer análise seria revelará que a fixação de preços no Brasil passou a incluir um claro privilégio para um dos setores mais monopolizados do país. Isso porque as regalías concedidas agora à Autolatina, à Fiat e à GM não têm paralelo em nenhum outro ramo da produção.

Do ponto de vista econômico é, em primeiro lugar, mais um estímulo à hiperinflação, que Mailson jurou combater. E não apenas isso. A observação dos recentes aumentos que vêm sendo aplicados sobre os preços dos carros demonstra de forma cristalina que o governo não apenas tolera como também incentiva um movimento destinado a voltar a parcela principal da produção de veículos para o mercado externo. O Brasil seria, assim, uma espécie de plataforma de exportação das multinacionais para os mercados mais disputados do mundo.

Vejamos os números. Poucos dias antes do acordo com a Autolatina, o CIP havia autorizado um novo aumento mensal - de 23,9% - sobre os preços dos carros. O índice contrasta, logo à primeira vista, com a inflação de fevereiro - abaixo dos 20%. Mas o favorecimento torna-se ainda mais nítido quando se sabe que entre novembro de 87 e fevereiro de 88 o reajuste de automóveis da Autolatina foi de 15,5%, o da FIAT chegou a 164% e o da GM atingiu 154% - todos eles muito acima da elevação do Índice Geral de Preços.

As consequências para o mercado interno são desastrosas, têm provocado protestos dos proprietários de revendedoras e tornam ainda mais difícil a aquisição de carros pela grande maioria da população. Mas as empresas sorriem, animadas pelos dólares que conquistam nos EUA e na Europa.

Bancos não perdoam

Certas correntes do pensamento político e econômico brasileiro defendiam há alguns meses a “securitização”, como saída para os enormes débitos que o país contraiu no exterior. A proposta - diziam - não era nem tanto entre-guista como uma renegociação convencional nem tão afrentosa aos credores como a moratória. O representante principal dessas correntes foi o ex-ministro da Fazenda Bresser Pereira, e o modelo de renegociação que ela defendia era o mexicano.

O primeiro leilão para “securitizar” a dívida mexicana, realizado no início do mês, revelou-se, porém, um retumbante fracasso. A securitização implica em que os credores troquem seus títulos antigos por títulos novos, mais “seguros” porém desvalorizados. Os mexicanos confiavam que os bancos se disporia a tal demonstração de boa-vontade. Esperavam negociar 20 bilhões de dólares e obter um desconto de 50%. Trocaram 3,6 bilhões - insignificantes diante de uma dívida trinta vezes maior - e mesmo assim o desconto foi de apenas 29%.

Não façam o que faço

O “Jornal do Brasil”, junto com o “O Estado de S. Paulo”, tem sido um dos órgãos da imprensa a criticar com mais veemência a corrupção que se espalha pela sociedade brasileira. Quem acredita na sinceridade dessas críticas deve ter se espantado ao ler, no último dia 4, as denúncias de sonegação contumaz de impostos praticada pelo jornal ao longo dos últimos anos. A acusação foi feita e comprovada pelo deputado constituinte João Cunha, de São Paulo.

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

A vaidade não é boa amiga

“Quem sabe faz a hora, não espera acontecer”. Isto é correto no sentido de que os que percebem (sabem) o rumo do desenvolvimento histórico podem tomar iniciativas que facilitam (fazem) as mudanças sociais. Mas é errado se interpretado como possibilidade de cada um bre-car ou alterar o curso das coisas como bem entender. A compreensão disto distingue os grandes homens, os gênios, dos pretensiosos e vaidosos.

LIMITES SOCIAIS

Em cada momento da história, homens talentosos compreendem as transformações necessárias — exigidas pelo nível em que se encontram as forças produtivas da sociedade. Por isto, tornam-se líderes, impulsionam o movimento social indicando às grandes massas a solução dos problemas colocados pela vida. Colocando a sua atividade como impulsionadora de um processo historicamente necessário, adquirem uma força colossal.

Agindo de acordo com as exigências históricas, estes gênios podem, no entanto imprimir a sua marca individual apenas no aspecto particular dos acontecimentos e não alterar o seu curso geral. Aliás, os próprios líderes são fruto da marcha evolutiva da sociedade. Eles não pensam e não agem senão de acordo com a sociedade em que vivem. Por mais conhecimentos e imaginação que tenham, não podem impor soluções que não correspondam ao desenvolvimento das forças produtivas. Seria impossível um Karl Marx elaborar a teoria do socialismo científico na sociedade escravagista. E passaria despercebido um Pitágoras, nos dias atuais, “descobrimdo” a equação que relaciona os lados de um triângulo.

O TODO E A PARTE

Mas, em geral, os fenômenos particulares e as ações individuais são mais fáceis de serem percebidos do que as transformações mais profundas e gerais. Por isto, muitas vezes cria-se a ilusão de que as mudanças foram feitas por este ou aquele homem, desligando-se a sua conduta da luta das classes ou camadas sociais que ele representa e do partido em que milita. E, desgrazadamente, ocorre que o próprio indivíduo perde às vezes a noção do seu papel e passa, ele próprio, a se julgar muito importante. Sente-se até magoado quando os outros não “reconhecem” isto e não lhe dedicam os elogios considerados, por ele mesmo, mais do que merecidos.

Os comunistas, porque enxergam as coisas com base na teoria científica, sem deixar de valorizar a potencialidade de seus líderes, afirmam com convicção que o coletivo é mais capaz do que o indivíduo. As decisões individuais têm menos condições de levar em conta as coisas de forma multilateral. A vida coletiva permite somar as capacidades e os conhecimentos dos indivíduos e corrigir equívocos de cada um.

No partido comunista, cada um dedica o melhor de seus esforços para fortalecer a organização e estreitar seus laços com o povo. E tem consciência de que sua atividade rende frutos porque se integra no trabalho comum de milhares de outros militantes em todo o país. Mas, vez por outra, surgem pessoas cuja vaidade ultrapassa a noção do ridículo. Acabam tristemente isolados, convencidos de que são donos da verdade e que os outros, por não reconhecerem seu brilhantismo, são tolos.

A INTERNACIONAL

Para estes, que querem fazer a hora brandindo como argumento a sua auto-suficiência, seria bom ouvirem outra música mundialmente mais conhecida do que a de Geraldo Vandré, citada no início deste artigo. É o hino da Internacional, que diz: “Messias, Deus, chefes supremos, nada esperamos de nenhum”. (Rogério Lustosa)

DE OLHO NO LANCE

Fé de mais

“Há que se ficar otimista quando se vê o que aconteceu na Armênia nas últimas semanas (...) Tenho que fazer a autocrítica de não haver percebido, quando Gorbachev chegou ao poder, o que isto significava em termos de transformação na URSS (...) A reabilitação dos réus, acusados por Stálin de terem mantido ligação para fins contra revolucionários com Trotsky, implica, em certa medida a reabilitação do próprio Trotsky”.

Com muito otimismo e fé nas reformas efetivadas pela perestroika, um dos chefes de uma das muitas facções da chamada IV Internacional, Ernest Mandel, está no Brasil vendendo, bem baratinho, seus produtos ideológicos da pior qualidade. Mandel só teme que, ao promover a reestruturação, Gorbachev queira frear o movimento popular, perdendo assim base social para avançar de forma radical.

Na época de Stálin, e da construção socialista, os trotskystas fizeram tudo, até conspiração com os nazistas, para sufocar a revolução. Quando subiu Krushev eles passaram a considerar que a URSS estava no campo socialista — por sua base econômica — mas com “desvios” burocráticos. Agora estão mais alegres. Aliás, estão em boa companhia, que não chega a ser Hitler mas Ronald Reagan, que também considera a perestroika very nice.

CRISE ECONÔMICA

Um burocrata em apuros

O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, parece um tanto quanto desesperado. Há poucos dias ele acabou confessando que não tem soluções para controlar a alta desenfreada dos preços e declarou que só enxerga duas alternativas de política econômica para evitar a hiperinflação: “pacto social ou choque”.

Não se pode deixar de registrar uma evolução no pensamento do burocrata Nóbrega. Ele assumiu a pasta da Fazenda dizendo que não possuía fórmulas mágicas para combater a crise econômica e jurou realizar uma administração limitada ao “feijão com arroz”. É certo que nunca se soube precisamente o que isto significava, embora o economista Dércio Garcia Munhoz tenha uma boa pista: “O feijão com arroz”, observou Munhoz, “só serve para arrancar aplausos fáceis da Fiesp”.

De qualquer forma, o ministro parece ter mudado de tática ou pelo menos tenciona seguir um outro caminho. É mister analisar as alternativas que apresenta — e julga inevitáveis —, mesmo porque ele teve o desplante de dizer que “caberá à sociedade brasileira” escolher a melhor opção.

A rigor não há nada de novo. O chamado tratamento de choque, com congelamento de preços e salários, já foi aplicado duas vezes no Brasil e ainda mais na Argentina. Quanto ao “pacto social”, há tempo que vem sendo proposto com insistência e chegou a ser citado até mesmo em um documento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) como saída para a crise econômica nacional.

Porém, o burocrata Nóbrega nos esclarece que, antes de adotar a saída do “choque” ou do “pacto”, ele pretende combater o que, em sua opinião, constitui a causa básica do processo inflacionário, o déficit público. Fará isto, ensina, promovendo um “severo ajuste” (leia-se cortes) nos gastos do governo. A bem da verdade trata-se de uma antiga e enfadonha ladainha, a exemplo da dupla Delfim-Figueiredo, desta vez rezada sob o altar do FMI.

À sua maneira, o ministro vem tentando. Iniciou com um ataque quase paranóico aos salários dos funcionários públicos federais, que, após serem reajustados pela Unidade de Referência de Preços (URP), em março, deverão somar uma despesa (incluindo encargos) de Cz\$ 72 bilhões no início de abril, conforme cálculos do ministro da Administração, Aluísio Alves.

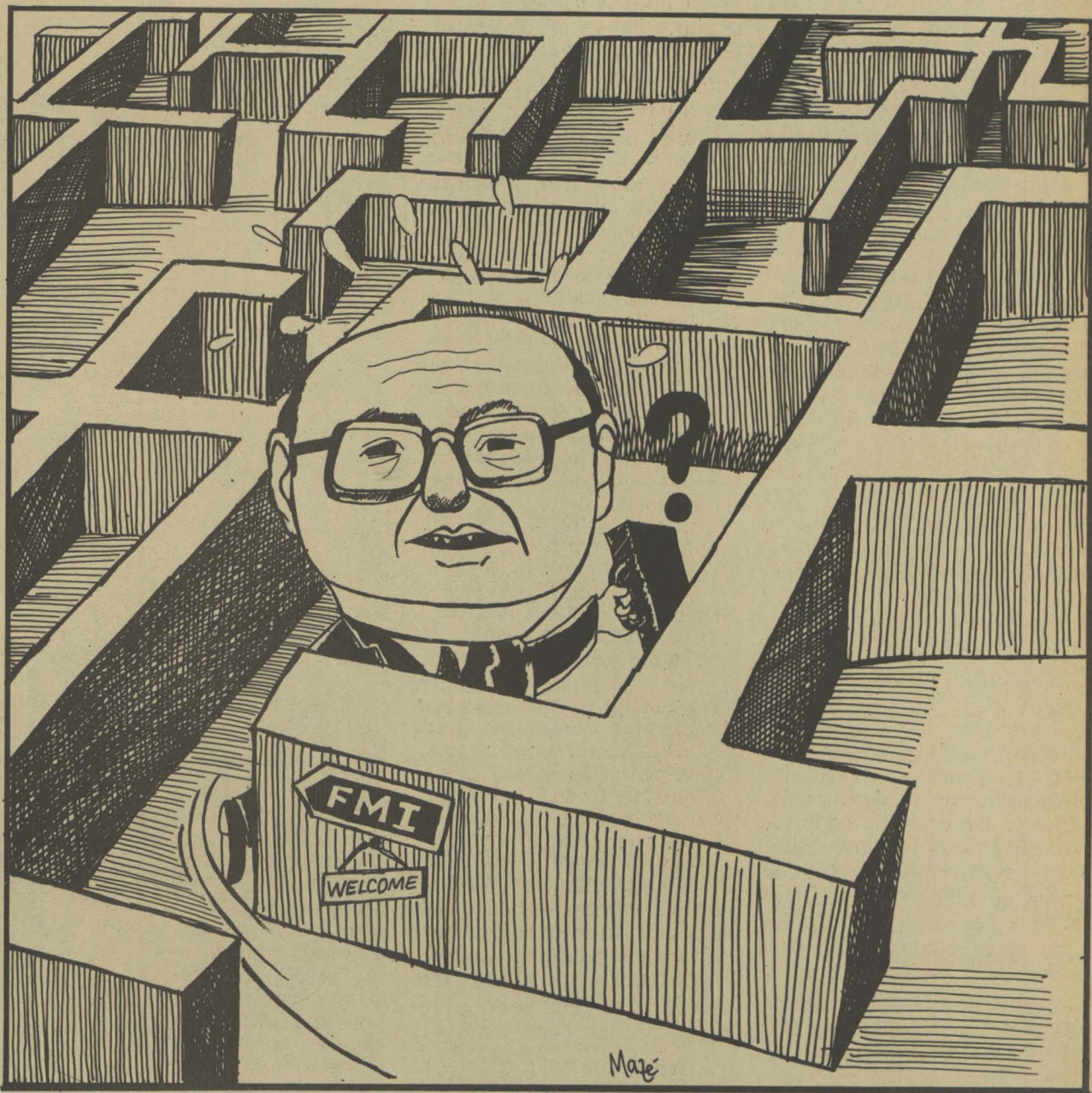
A Fazenda deseja eliminar a URP para o funcionalismo e, com isto, obter uma economia de aproximadamente 25% nos gastos com pessoal, o que significa evidentemente aprofundar ainda mais o arrocho sobre os trabalhadores empregados pela União (veja matéria a respeito na página 4). Mas, até agora, só conseguiu colher algumas amargas derrotas. Até mesmo os militares colocaram-se contra a iniciativa.

O outro campo escolhido para cortes são as despesas das empresas estatais, que há pouco tiveram seus empréstimos congelados de acordo com os valores de dezembro do ano passado. Também caíram as previsões de investimentos da Eletrobrás (de 6 bilhões de dólares para 3 bilhões de dólares) e da Petrobrás (de 2,6 para 2,2 bilhões de dólares).

O ministro chega a delirar e fala em inflação de 5 a 6%

Essas iniciativas constituíram os fundamentos de uma “eficaz” política antiinflacionária. A aplicação de um “choque” ou o “pacto social” coroariam o processo. Assim raciocina nosso burocrata, que, em delírio, chega a sonhar com uma taxa de inflação “civilizada” em torno de 5 a 6% ao ano (lembramos que o índice atual já anda por volta dos 20%, só que ao mês).

O povo brasileiro, atormentado por uma inflação crônica que agravou-se substancialmente nesta década, até que gostaria de ver-se livre da carestia. Mas não há nenhum motivo para confiar na bazófia do atual ministro.



Afinal, o que vem sendo feito praticamente desde 1981 a pretexto de combater a inflação?

De uma maneira geral a mesma política preconizada pelo nosso burocrata Nóbrega. Os salários do funcionalismo público federal declinaram violentamente nos últimos anos, como evidenciam informações oficiais do Ministério do Trabalho. (Veja artigo na página 4).

Também os investimentos do setor público sofreram uma dramática redução. No período de 1980 a 1987 as inversões das estatais do setor produtivo caíram 27,8% em termos reais. Neste ano, com as medidas do governo e a subordinação da política econômica às imposições do Fundo Monetário Internacional os cortes tendem a ser ainda mais marcantes. Deve-se esperar a queda da inflação?

A experiência indica que não. Os efeitos palpáveis, tanto no caso do arrocho do funcionalismo quanto no do corte sobre gastos das estatais, têm sido a queda do nível geral de consumo (inclusive produtivo). Contudo, os preços continuaram e continuam em alta, não obstante as quedas — mais artificiais que reais — obtidas durante curtos períodos após os dois tratamentos de “choque” (planos Cruzado e Bresser).

Como consequência da redução da demanda interna, tem-se assistido na verdade uma pressão permanente sobre as forças econômicas no sentido da recessão. Como lembrou o ex-ministro da Fazenda Bresser Pereira o país está virtualmente estagnado há pelo menos sete anos.

O resultado dos sucessivos cortes nos investimentos estatais é particularmente dramático. A indústria nacional de bens de capital sobre encomenda, por exemplo, devido à grande dependência que mantém em relação às estatais, registrou uma produção 8% inferior a 1986 em 1987, e uma redução de 28% em suas vendas nos últimos sete anos, conforme estimativas feitas pela Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base — Abidib.

É indiscutível a importância do setor, cujo crescimento revela-se uma base indispensável ao desenvolvimento econômico de qualquer país. No entanto, conforme o presidente da Abidib, Antônio Teófilo de Andrade, “a indústria de base chegou a empregar 270 mil trabalhadores em 1979, agora emprega apenas cerca de 200 mil”.

Não se deve esquecer que no ano passado, o mesmo diagnóstico de que a inflação denunciava a existência de uma demanda interna excessiva levou o governo a adotar uma política de arrocho generalizado cujos danos se fazem sentir até hoje. O Produto Interno Bruto, que havia se expandido 10,33% no primeiro semestre de 1987 declinou violentamente no segundo e fechou o ano com um resultado mediocre —

em torno de 3% segundo os dados preliminares do IBGE.

O remédio, porém, acaba agravando o estado do enfermo

A taxa de investimentos, que situou-se ao redor de 23% do PIB ao ano na década de 70, no último trimestre de 1987 havia caído para 15,7% em bases anuais (2 pontos abaixo do índice de 1986). As vendas em janeiro deste ano foram 32,08% inferiores às do mesmo mês do ano passado.

A produção da indústria de alimentos sofreu uma queda de 15% em janeiro deste ano sobre 1987. Um reflexo direto do arrocho salarial que, em média, provocou perdas de 50% até o início deste ano. O desemprego avançou em 1987 e continua crescendo este ano. Conforme dados do Ministério do Trabalho sobre o mercado formal de mão-de-obra (trabalhadores com carteira assinada) a indústria de transformação demitiu 151,6 mil em 1987.

Considerando todos os setores da economia (indústria, comércio e serviços) foram criados apenas 162.805 empregos contra 1 milhão de novas vagas em 1986 e 900 mil em 1985. Como a cada ano o mercado de mão-de-obra é incrementado com a oferta de aproximadamente 1,5 milhão de braços conclui-se que o exército de desempregados aumentou expressivamente.

Evidentemente que, com tudo isto, a demanda interna contraiu-se violentamente. Contudo, a inflação disparou e no ano passado bateu um novo recorde. É um fato que deveria merecer maior atenção das autoridades. Mas não. O caminho preconizado por nosso nobre burocrata é o de aprofundar ainda mais o arrocho e, conseqüentemente, a recessão.

A concepção da Fazenda — e do FMI — é de que a inflação apenas reflete um desequilíbrio entre o consumo global (incluindo o consumo produtivo) que as forças econômicas exigem e as potencialidades restritas da produção. A demanda é maior que a oferta, daí ser necessário reduzir o consumo.

Na realidade, o remédio utilizado acaba agravando ainda mais o estado do doente. De fato, o resultado mais geral da política econômica adotada nesses últimos anos (de arrocho salarial e redução dos investimentos) tem sido o empobrecimento progressivo do país, tanto do ponto de vista absoluto como relativo. A cada ano, desde o início desta década, o Brasil tem ficado mais miserável.

Ora, a queda da produção acaba se traduzindo numa redução da oferta de mercadorias e isto, cedo ou tarde, inevitavelmente se transforma num novo foco de pressão sobre os preços. Não se

contesta que, em certo sentido, a inflação reflete uma inadequação entre oferta e demanda e muito menos que o déficit público constitui a expressão mais patente desse desequilíbrio. Ocorre que as medidas do governo terminam por agravar ainda mais o problema.

Em que colabora para a diminuição do déficit público o arrocho dos salários do funcionalismo? Em quase nada, pois por mais que o burocrata Nóbrega tenta sofismar, manipulando dados com o auxílio da grande imprensa, a verdade é que os encargos com pessoal (Cz\$ 70 bilhões em março) são relativamente insignificantes frente a outras despesas do governo, em particular com a dívida externa, mais de Cz\$ 100 bilhões. O mesmo se pode dizer em relação aos gastos das estatais.

Não é difícil de perceber que a inflação brasileira atualmente é causada basicamente pela colossal transferência de recursos ao exterior efetuada para “honrar” os compromissos com os agiotes internacionais e viabilizar a remessa de lucros e outros rendimentos das multinacionais.

Isto tem provocado em primeiro lugar uma redução substancial da oferta interna de mercadorias para consumo (inclusive produtivo), efeito que se torna mais penoso ano a ano devido às quedas na produção (o que significa que temos de transferir uma parte relativamente maior do produto a cada ano), à depreciação dos termos de troca de nossas exportações e aumento das taxas de juros e remessas de lucros.

De tabela a dívida acarreta o desarranjo das finanças públicas, inclusive porque o setor estatal detém cerca de 80% dos débitos. Basta atentar para o fato de que a transferência mensal de recursos anda por volta de 1 bilhão de dólares ao mês, o equivalente a 104 bilhões de cruzados ao câmbio oficial do dia 9. Deve-se somar a perda de receita derivada das isenções e dos subsídios às exportações, que chegam perto de 50% do valor das mercadorias no caso dos manufaturados.

É por aí que o problema tem de ser atacado, ou seja estancando a sangria de riquezas nacionais pelo imperialismo e aumentando a oferta e a renda interna. Por expressar a luta entre as diversas classes e setores da sociedade para manter e ampliar sua participação na renda, a inflação patenteia que a renda ou o produto disponível para consumo interno é insuficiente e tem que ser aumentado. O governo, no entanto, vai contra esses interesses e pretende diminuir ainda mais a renda, empobrecer ainda mais o país. É bobagem, nessas condições, apelar para “choques”. E ultrapassa a raia do ridículo a proposta de “pacto social”. (Umberto Martins)

FUNCIONALISMO/SP

Fase decisiva da greve

Prossegue o impasse na greve do funcionalismo público estadual de São Paulo, iniciada no dia 11 de fevereiro. O governador Quéricia, apesar de mostrar evidentes sinais de fraqueza e desgaste político, mantém a postura arrogante de só recuar com o fim da paralisação. Já entre os grevistas observa-se o cansaço com a longa duração da greve, mas a decisão é de continuar o movimento por melhorias salariais.

Na terça-feira, dia 8, os trabalhadores do magistério realizaram assembleia em frente à Secretaria de Educação, no centro da capital paulista. Por unanimidade, os mais de 30 mil presentes decidiram manter a greve e intensificar a pressão sobre o governo. Novo ato de protesto foi marcado para o próximo dia 15, nos portões do Palácio dos Bandeirantes, "para colocar o Quéricia contra a parede".

Durante essa semana o governo demonstrou maior vulnerabilidade diante do movimento do funcionalismo. O forte aparato policial não foi acionado novamente para isolar a Secretaria de Educação. O próprio secretário do órgão, Chopin Tavares de Lima, que por determinação expressa do governador vinha se recusando a atender o comando de greve, aceitou participar de uma reunião com as entidades sindicais do magistério.

Neste encontro, considerado como uma primeira negociação salarial, o secretário de Educação anunciou que o governo estava disposto a transformar a gratificação de Cz\$ 27,00 por hora/aula em um índice percentual de aumento, atendendo à reivindicação do setor de valorização da carreira. Ele também afirmou que o governo deveria rever os pontos do Estatuto do Magistério que foram feridos pelo projeto oficial de Quéricia. E disse que nos próximos dias deverá ser enviada mensagem à Assembleia Legislativa com o novo reajuste do setor a vigorar a partir de 1º de abril.

"BRAÇO DE FERRO"

Entretanto, o secretário de Educação explicou — meio sem jeito — que Quéricia aceitava fazer essas correções e concessões "só após o retorno dos grevistas ao trabalho". Além disso, o governo se recusou a firmar qualquer compromisso por escrito, nada falou sobre as reivindicações dos outros setores do funcionalismo que também estão em campanha e garantiu que não aumentará o índice de reajuste

dos servidores (de apenas 70%).

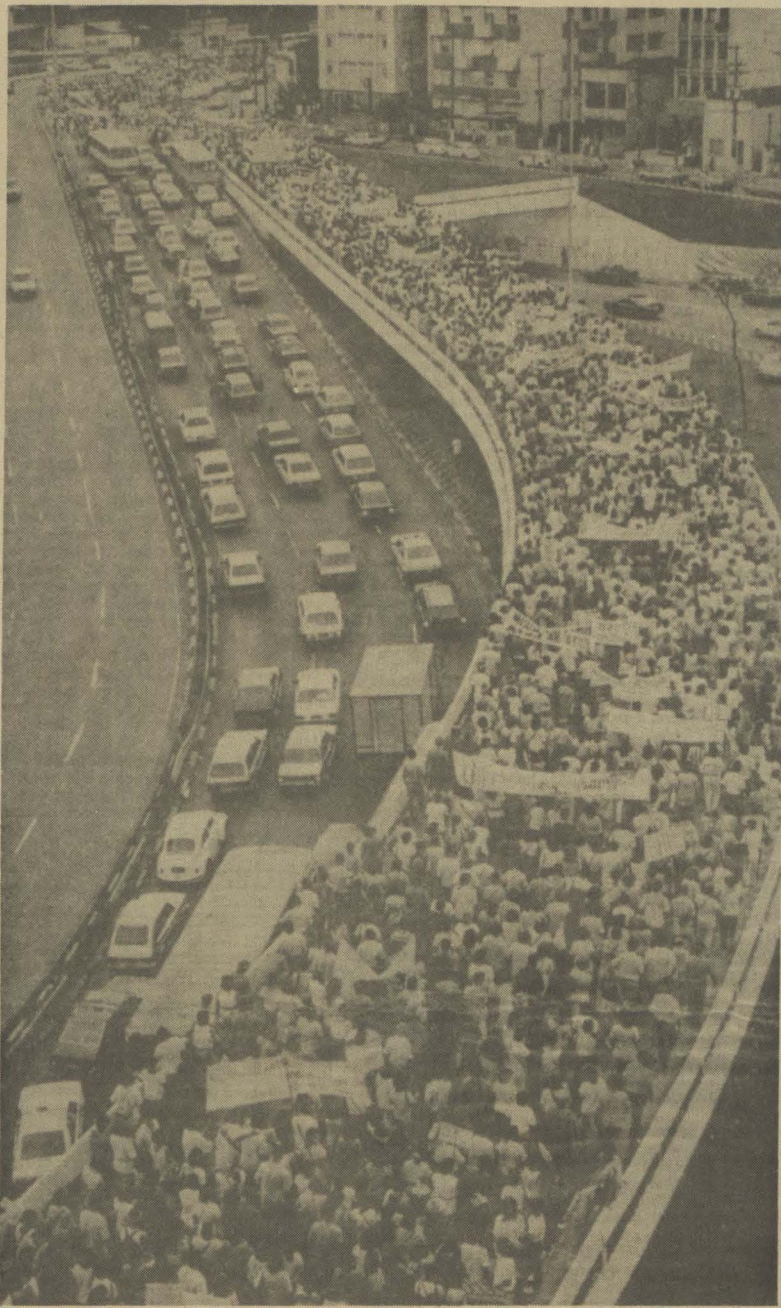
"Essa é uma conduta incoerente e irresponsável de um governador que quer brincar de braço de ferro", acusa Francisco Poli, presidente da União dos Diretores de Escolas do Magistério Oficial (Udemo). "A categoria não pode ficar à mercê da imaturidade do Quéricia. Hoje, o governo reconhece as distorções do seu projeto, fala em mudanças e em negociação e amanhã diz que não negocia com grevistas e que vai punir e demitir. Diante dessa incoerência é que o magistério mantém a greve por 144,39% de reposição mais os 15% de aumento real", conclui.

A "dubiedade" do governo fica evidente no aumento da pressão sobre os grevistas. Essa se faz sentir principalmente na capital paulista, onde os corregedores do Estado têm visitado as escolas para intimidar os grevistas com a ameaça de abertura de processos administrativos. A legislação atual permite ao professor efetivo, aprovado em concurso, 30 dias de falta durante o ano letivo e, ao contratado, 15 dias. O governo tem anunciado na imprensa que punirá os que ultrapassarem esses prazos. No caso do setor de saúde, o governo inclusive já demitiu 87 grevistas do Hospital das Clínicas.

Para Márcia Barros Scarnello, presidente da Associação Paulista dos Supervisores de Ensino (Apase), "não seria de se estranhar uma posição mais truculenta do governador contra o magistério. Afinal, é visível um retrocesso. O Quéricia quer impedir o avanço organizativo do magistério e para isso apela para métodos do tempo da ditadura militar".

MOMENTO DECISIVO

Nesse "braço de ferro", o funcionalismo tem conseguido manter a greve nos mesmos patamares das semanas anteriores. O magistério continua



Passeata na capital: greve atinge 80% dos 240 mil professores

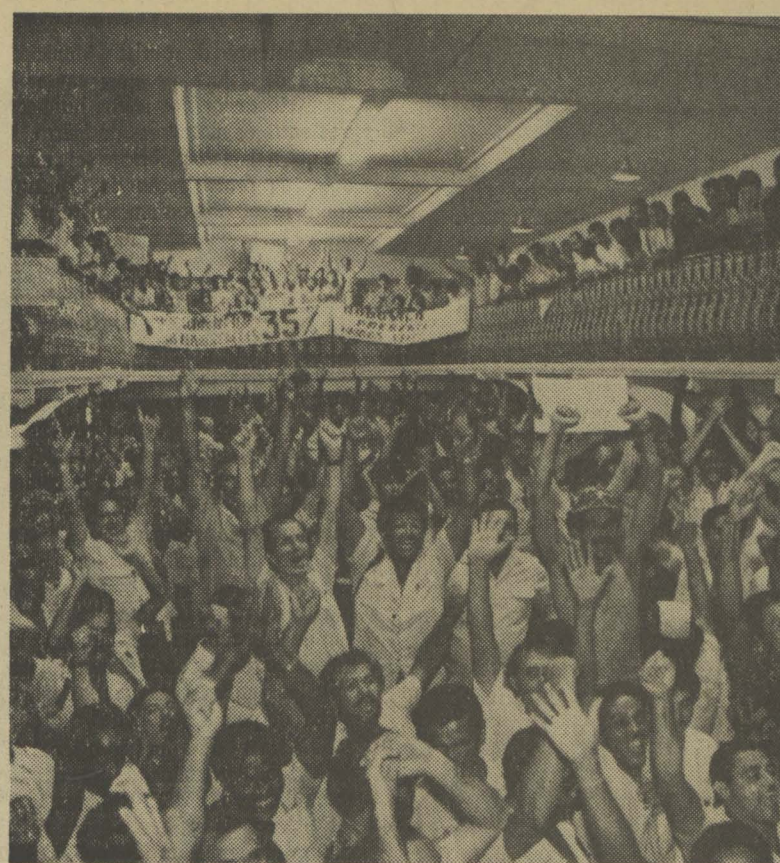
na vanguarda do movimento. Nas principais regiões do interior paulista a adesão é quase total. Na capital houve uma pequena queda do número de grevistas na Zona Leste, principalmente devido à pressão dos corregedores. Já no setor de saúde, os 10 mil servidores do Hospital das Clínicas continuam parados. A readmissão dos 87 funcionários dispensados na semana passada passou a ser a principal reivindicação no HC. Na Sucen e no Hospital do Servidor houve o retorno ao trabalho.

Na avaliação de João Antônio Felício, presidente da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), o magistério ainda tem fôlego para manter o alto índice de paralisação. Mas ele reconhece que "já existem certos sinais de cansaço entre os grevistas, devido à longa duração do movi-

mento". Para ele, "estamos nos dias decisivos da greve e o ato em frente ao Palácio dos Bandeirantes, no próximo dia 15, será o ponto alto da nossa pressão sobre o governador".

Francisco Poli, presidente da Udemo, também prefere não fazer previsões sobre o resultado final da greve. Mas adianta sua opinião: "Para mim o nosso movimento já pode ser considerado altamente positivo". Conforme explica, "a paralisação possibilitou um sensível avanço de consciência da categoria; serviu para denunciar à população o estado de deterioração dos serviços públicos; e mostrou ao Quéricia que não é com truculência que se governa. Quéricia e seu partido saem da greve extremamente desgastados. Por isso, qualquer que seja o desfecho, a greve é vitoriosa".

(Altamiro Borges)



Assembleia dos rodoviários decidiu a greve por unanimidade

RIO DE JANEIRO

Ônibus parados

Em assembleia tumultuada, em que a diretoria do Sindicato foi vaiada por defender a proposta patronal e encaminhar contra a greve, os motoristas e cobradores de ônibus do Rio, Nova Iguaçu e Duque de Caxias decidiram cruzar os braços a partir de zero hora do dia 9, quinta-feira.

Eles reivindicam um aumento de 35% e um piso salarial de Cz\$ 35.100, enquanto os patrões só oferecem 28% e um piso de Cz\$ 28.575. Mais de dois mil trabalhadores participaram da assembleia e a greve foi aprovada praticamente por unanimidade.

Os empresários procuram utilizar-se das reivindicações trabalhistas para pressionar o governo, condicionando o aumento salarial a um reajuste das tarifas de Cz\$ 15,50 para

Cz\$ 24,00, aproximadamente 55% mais caras. Mas o secretário municipal dos transportes, Miguel Bahury, recusou terminantemente a proposta.

Em janeiro os rodoviários tinham conquistado equiparação com seus colegas de São Paulo, através de uma greve que durou 16 horas. Mas nesta ocasião os patrões conseguiram também elevar as tarifas de Cz\$ 11,50 para os atuais Cz\$ 15,50.

A categoria tem cerca de 45 mil integrantes no Estado, sendo 30 mil na cidade do Rio de Janeiro. Na manhã de quinta-feira a greve não tinha adesão total mas, nas condições em que foi decidida, sem o empenho da diretoria, os rodoviários consideravam o movimento positivo.

ELEIÇÃO DOS BANCÁRIOS/RJ

CUT sai dividida

De 19 a 21 de abril ocorrerão as eleições para nova diretoria do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro. Dos 70 mil trabalhadores da base sindical, cerca de 35 mil estão em condições de voto. Duas chapas disputam o pleito na entidade, que é considerada uma das mais importantes do Estado. A Chapa 1, situacionista, conta com o apoio dos setores mais sectários da CUT. Já a Chapa 2, de oposição, representa uma ampla frente de forças dispostas a fortalecer a entidade.

Nem mesmo o conjunto da CUT apóia a chapa situacionista, tal o grau de exclusivismo que predominou na sua composição. Os chamados setores independentes do PT, inclusive, criticaram as pré-convenções e a convenção que formaram a Chapa 1, denun-

ciando manobras e fraudes. Nesse processo, a corrente trotsquista, Convergência Socialista, conseguiu indicar 2/3 dos membros da chapa situacionista. O PDT e outros setores petistas ficaram com apenas 1/3 dos integrantes. Por tudo isso, algumas lideranças cutistas já anunciaram que não farão campanha para a situação.

Diferente foi o processo de formação da chapa de oposição. Nele predominou o espírito de unidade. Conforme explica Alexandre, integrante da chapa e funcionário do Banco Nacional, "o nosso objetivo é devolver o sindicato à categoria, colocando sua forte estrutura a serviço das lutas bancárias e não a serviço de interesses de agrupamentos sectários".

MÉDICOS — ALAGOAS

Vitória da garra

Com quase dois terços dos votos (602 contra 217), e no primeiro escrutínio, a chapa "A Luta Continua" venceu de forma arrasadora as eleições no Sindicato dos Médicos de Alagoas. Com isto o movimento de renovação médica foi reconduzido para mais uma gestão, tendo à frente o atual presidente do Sindicato, Júlio Bandeira, uma das mais respeitadas lideranças médicas de Alagoas e do sindicalismo nacional.

A chapa vencedora derrotou, ao mesmo tempo, a campanha de calúnias que o grupo opositor espalhou e a enxurrada milionária de propaganda na TV, gasta para tentar passar a chapa 2 com uma imagem de "radical". De nada adiantaram a mentira e o dinheiro: a categoria médica alagoana reafirmou sua maturidade e compareceu maciçamente às urnas votando na chapa 1. Bateu assim que o Sindicato fosse usado como trampolim para ambições elei-

toreiras de elementos que articularam a chapa 2.

Júlio Bandeira, presidente da CGT estadual e liderança reconhecida entre os servidores públicos de Alagoas, teve, além do apoio da esmagadora maioria dos médicos, a solidariedade de dirigentes do movimento médico nacional e de sindicalistas progressistas de várias categorias de Alagoas.

A nova diretoria manteve em sua composição médicos que se destacaram em muitos anos de lutas sindicais e incorporou jovens ativistas que entraram na batalha junto com o sindicato mais recentemente. Sérgio Barroso, diretor reeleito e primeiro-secretário nacional da CGT, disse que "a vitória comprova, com eloquência, que a entidade está no caminho correto e continuará avançando, não apenas nas lutas específicas, mas também cumprindo papel nos combates mais gerais de nosso povo". (da sucursal)

BANCO DO BRASIL

Batalha para defender o salário

Em março do ano passado, os 120 mil funcionários do Banco do Brasil, após uma greve vitoriosa de oito dias, conseguiram um acordo de equiparação de salários com seus colegas do Banco Central. O acordo, homologado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) em 14 de setembro, previa que a equiparação seria feita em três parcelas. Uma em março, outra em

setembro e a última em 1º de março deste ano.

Mas o governo ordenou ao Conselho Interministerial de Salários das Estatais (Cise) violar o acordo, desconhecendo um abono de 15% obtido pelos funcionários do Banco Central em outubro último. Desta forma saíram gravemente prejudicados os trabalhadores do Banco do Brasil. Além

da burla do acerto reconhecido oficialmente pela Justiça Trabalhista, eles recebem — se a decisão do governo não for derrubada — apenas um reajuste de 5% neste mês, e não de 40% como estava previsto.

Além disto, segundo Júlio Colombi, dirigente da Secretaria Especial de Controle das Estatais (Sest), "os juristas do governo vão estudar" a tabela de equiparação elaborada em março do ano passado e "avaliar o que seja necessário", para fazer alguns reajustes.

Na reunião do Cise, foram gastos apenas 15 minutos para decidir a facada sobre os bancários. O resto do encontro foi para rejeitar cerca de 15 outros acordos em empresas estatais com data-base em feve-

reiro e março, que implicavam em aumentos reais de salários.

Para se ter uma idéia da gravidade da crise instalada, basta ver a atitude de Camilo Calazans — demitido do cargo de diretor do Banco do Brasil por discordar do governo. Ele saiu da solenidade de passagem do cargo a seu substituto, Mário Berard, e foi se juntar aos 250 bancários que protestavam em frente ao prédio. E conclamou os manifestantes a continuarem a luta em defesa do BB, dedicando esta batalha à memória de Aluísio Polhono, líder bancário desaparecido desde 1968 e, segundo o próprio Calazans, "trucidado pela reação". Agências do BB, em vários Estados, pararam, no dia 9, por 1 hora, como advertência.

Opinião

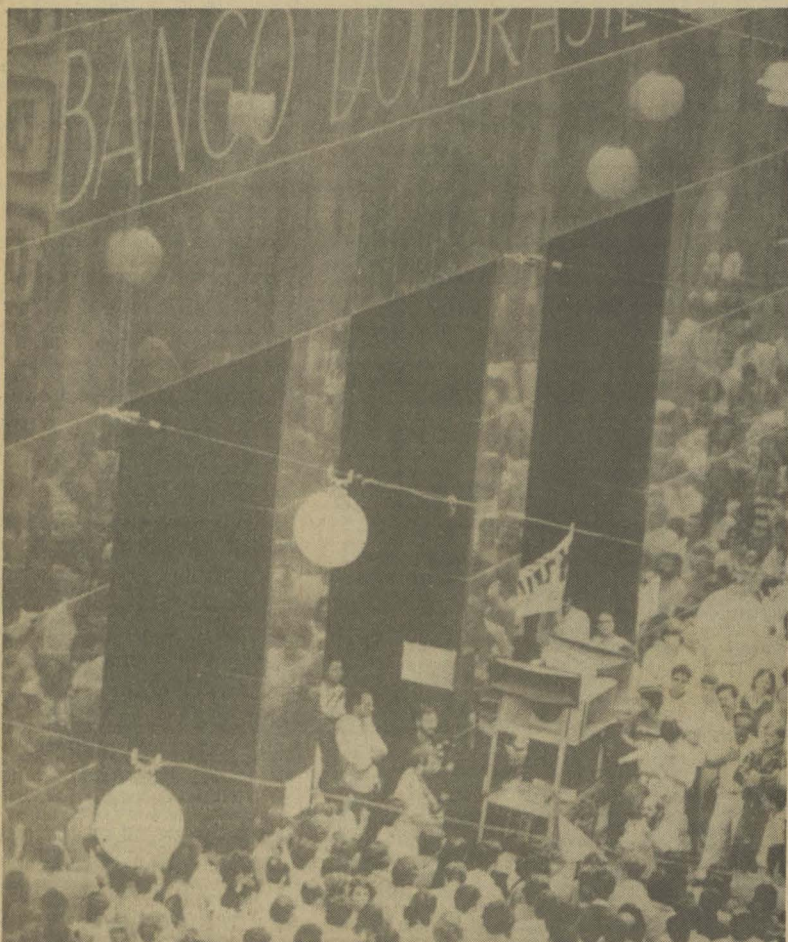
Um golpista trapalhão

Vocês se lembram que há poucos dias o presidente Sarney ensaiava uma manobra golpista tentando obter do Supremo Tribunal Federal (STF) uma "desautorização" da Constituinte decidir sobre o mandato presidencial? Que amor pelas leis, não é mesmo?

Pois agora este mesmo amante (infel) passa solenemente por cima da decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que homologou a equiparação salarial dos funcionários do Banco do Brasil com os do Banco Central. O que existe de semelhante nas

duas atitudes? Simplesmente a confirmação de que o Executivo é um superpoder que "usa" o Judiciário quando lhe convém e o coloca na lata do lixo quando suas sentenças o desagradam.

Mas a coisa é ainda mais escandalosa. É um absurdo pretender que o Judiciário, que é evidentemente um poder subordinado à Constituinte, dite normas sobre o que ela pode e não pode. Mas em relação aos salários, o TST é sabidamente o nível mais alto de decisão. Por tudo isto, esperar quatro anos é muito. E ficar com o presidencialismo é loucura.



Bancários paulistas (acima) e de outros estados pararam por 1 hora

Dia da Mulher: Protestos e Denúncias

As comemorações do Dia Internacional da Mulher, no último 8 de março, tiveram uma característica nova em relação aos anos anteriores: em várias capitais e cidades pelo Brasil afora o palco de protestos, panfletagens e minicomícios foi à porta de fábricas que contam com a presença massiva de mulheres. Afinal de contas, foram as operárias têxteis de uma fábrica de Nova Iorque, nos EUA, que no dia 8 de março de 1908 declararam greve e ocuparam as instalações da empresa, denunciando as péssimas condições de trabalho a que eram submetidas, reivindicando melhores salários e redução da jornada de trabalho para 10 horas diárias. Como represália, os donos da indústria atearam fogo ao prédio e 129 trabalhadoras morreram queimadas. Dois anos depois, portanto, em 1910, na cidade de Copenhague, na Dinamarca, durante o 12º Congresso Internacional da Mulher, o dia 8 de março foi escolhido como o Dia Internacional da Mulher.

O PAPEL DAS OPERÁRIAS

Em São Paulo, quatro grandes fábricas foram escolhidas para os protestos contra discriminações: a Calfat, a Alparagatas, a Siemens e a Metalúrgica. Além destas empresas têxteis e metalúrgicas, as trabalhadoras eletricitárias da Eletropaulo, estatal com sede na capital paulista, promoveram uma manifestação com cerca de 300 trabalhadoras. Na Bahia, em Salvador e no pólo industrial, também foram realizadas panfletagens nas principais fábricas têxteis da cidade, destacando o papel das operárias na história do Dia da Mulher.

As bóias-frias, por sua vez, não ficaram de fora dos protestos. Em Dobrada, cidade distante 325 km a Noroeste de São Paulo, 150 mulheres cortadoras de cana da região fizeram uma passeata em frente à Prefeitura Municipal. Elas denunciaram a usina de açúcar e destilaria Lagoa Dourada, que só readmitiria para a safra deste ano, mulheres viúvas ou que comprovassem, com atestados médicos, terem feito cirurgia de laqueadura. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dobrada, Valdeudes de Barros Pinto, informou que a restrição às mulheres teria como objetivo o não pagamento da licença de 120 dias às gestantes, conforme o que foi aprovado no capítulo dos direitos sociais na Constituição. As bóias-frias exigiram uma audiência com o prefeito da cidade, que imediatamente comunicou o ministro do Trabalho, através de telex, relatando a situação das mulheres bóias-frias do município.

LUTA PARANAENSE

Também no Paraná, as operárias foram mobilizadas. A União de Mulheres de Curitiba foi para as metalúrgicas Inepar e Equitel distribuindo um boletim especial da entidade, dedicado à mulher operária. A luta pela garantia da licença-maternidade de 120 dias e da licença-paternidade foi o que polarizou o interesse das trabalhadoras.

Em Jacarezinho, norte do Estado, a comissão da União de Mulheres local escolheu a usina de açúcar e álcool e foi com as canavieiras a uma festa, distribuindo flores e um texto dedicado à mulher.

Uma atividade unitária levou a CGT, CUT, União de Mulheres de Curitiba e União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas ao principal terminal de transportes da capital. Em todos os grandes municípios houve manifestações. A exposição-performance da artista plástica Sônia Gutierrez, do Movimento 8 de Março, mobilizou centenas de mulheres ávidas por serem mascaradas em gesso pela artista. Houve o lançamento do livro da jornalista Maria Coelho da Cunha, "Comportamento sexual, a revolução que ficou no caminho", dia 6 de março, quando a revista "Presença da Mulher" foi amplamente divulgada. A jornalista Têlia Negrão, coordenadora da União de Mulheres de Curitiba, participou de um debate sobre "Mulher e Literatura"



ao lado de outras mulheres da imprensa local e defendeu as idéias emancipacionistas num debate acalorado promovido pelo Conselho Municipal da Condição Feminina.

NA CONSTITUINTE E NAS RUAS

Em sessão presidida por constituintes mulheres, a Assembleia Constituinte analisou as lutas e as vitórias obtidas até agora no texto constitucional: a licença-maternidade de 120 dias, a ampliação dos direitos trabalhistas das empregadas domésticas, a licença-paternidade de oito dias, o direito da mãe presidiária amamentar seu filho e o direito à creche para crianças de zero a seis anos, entre outros.

Em Belém, capital do Pará, as comemorações serviram para mostrar a unidade dos movimentos femininos paraenses: praticamente todas as entidades que lutam pela emancipação e contra as discriminações aglutinaram um grande contingente de mulheres. Logo cedo, na manhã do dia 8, no Teatro Margarida Schiwazappa, teve início um conjunto de apresentações artísticas, debates sobre as questões da mulher, que se prolongarão até o próximo dia 12, tendo como expositoras Gilda Cabral, Jaqueline Pitanguy, Branca Moreira Alves, Ana Maria Rocha, Nair Goulart e Eurides Brito, além de diversas dirigentes do movimento local.

No mesmo dia, tanto a Câmara Municipal quanto a Assembleia Legislativa do Estado homenagearam as mulheres, promovendo sessões solenes. Mas foi no Teatro da Paz, a convite da União de Mulheres de Belém, que as reivindicações específicas e políticas do movimento ganharam força. Mulheres de diversos bairros, trabalhadoras e intelectuais se reuniram levantando faixas onde se lia: "Creche nos Bairros", "Não à violência, punição aos culpados", "Fora Centrão", "Fora Sarney". Em passeata que se dirigia para o teatro, elas gritavam palavras-de-ordem, carregando um caixão simbolizando o "Centrão", onde estavam coladas fotografias dos 16 deputados do Pará traidores do voto do povo e um grande boneco com a cara do presidente Sarney, que foram devidamente vaiados e queimados em plena praça.

Durante o ato solene todas as representantes e personalidades de várias áreas de atividade da mulher se pronunciaram. Na ocasião, destacou-se uma garimpeira de Serra Pelada que fez contundentes denúncias pelo assassinato cometido pela Polícia Militar, no início do ano, a mando do governo estadual e as dificuldades que ainda passam. No dia seguinte, a programação teve sequência com o debate que se realizou na sede do conselho municipal com o tema: "A imprensa Feminina", que contou com a apresentação de vários painéis pelos diversos movimentos de mulheres. Foi lançada também a revista "Presença da Mulher", contando com a participação da editora Ana Maria Rocha.

FOGO LEMBRA 1908

No Rio de Janeiro, o movimento programou intensa atividade durante toda a semana,

com manifestações, exposições de fotografia, mostras de vídeo, debates e o I Encontro Estadual da Mulher e o Direito. O auge da programação ocorreu ao entardecer do dia 8 de março. Cerca de mil mulheres concentradas no largo da Carioca caminharam até os arcos da Lapa e nesse trajeto encheram as ruas exigindo direitos em 88, o fim da violência contra a mulher, seus desejos, reivindicações e protestos. No final da passeata foram acesas tochas simbolizando o fogo que em 1908 queimou 129 operárias norte-americanas.

Participaram da passeata com muita animação as deputadas Jandira Feghali (PCdoB), Lúcia Arruda (PT), Heloneida Studardt (PMDB), vereadores, Elza Monerat, destacada dirigente comunista, Elza Joana e Regina Vanderweid, pelo Movimento Feminino pela Anistia, OAB Mulher, Maria Dolores Bahia, presidente do PCdoB-RJ e o Conselho da Condição Feminina. Além disso, foi apresentada uma pequena peça de teatro abordando de forma crítica a discriminação contra a mulher no âmbito doméstico.

MULHER NEGRA

Em Minas, o Movimento Popular da Mulher realizou um ato comemorativo do Dia Internacional da Mulher na Câmara Municipal de Belo Horizonte, com a presença de cerca de 300 pessoas, na sua maioria representantes dos núcleos de diversos partidos políticos: PCdoB, PH, PMDB, PCB e PSC. Também compareceram a Dra. Elaine Matozinhos, que está à frente da Delegacia Especial de Crimes contra a Mulher, a Dra. Myriam Ferrara, presidente da AMAS e a ex-presidente do Conselho Estadual da Mulher, Marlene de Abreu Rocha, além de outras entidades.

O ato começou com a deposição solene de "Zé do Maranhão", coordenada por Lizandra Resende, de 11 anos, que leu a mensagem "Por que não quero Sarney na Presidência", acompanhada de um grupo de crianças que arrancou simbolicamente a foto, a faixa e o paletó do presidente e deu posse a Maria Ilma Ricardo, uma mulher negra, presidente da Associação das Domésticas. Maria Ilma, vestida à moda das senzalas, presidiu o ato deste momento em diante.

Num clima descontraído, embora bastante emocionado, se desenrolaram as apresentações culturais, organizadas pelas filiadas do movimento e por membros da Associação das Domésticas. A atividade cultural era entremeada por discursos das personalidades e partidos políticos. O centro das atividades girava em torno da mulher negra, desde o teatro das mulheres do Alto Vera Cruz, "Axé para as Mulheres", até o canto afro apresentado pelas domésticas. Além disso, foi ressaltada com ênfase a necessidade de diretas para presidente em 88. Todas as falas se referiram ao tema. O movimento aproveitou a oportunidade para informar os nomes dos primeiros indicados para ganhar o Prêmio Berta Lutz, concedido a ho-

Da fábrica Calfat, em São Paulo (acima), à Assembleia Constituinte (no alto à direita), as mulheres se manifestaram contra a opressão, como também na Palestina (ao lado) e no Chile, onde foram reprimidas violentamente. A manifestação que se vê mais embaixo, é no centro da capital paulista e a última foto retrata a passeata realizada em Belém, no Pará, onde todos os movimentos se uniram num protesto.

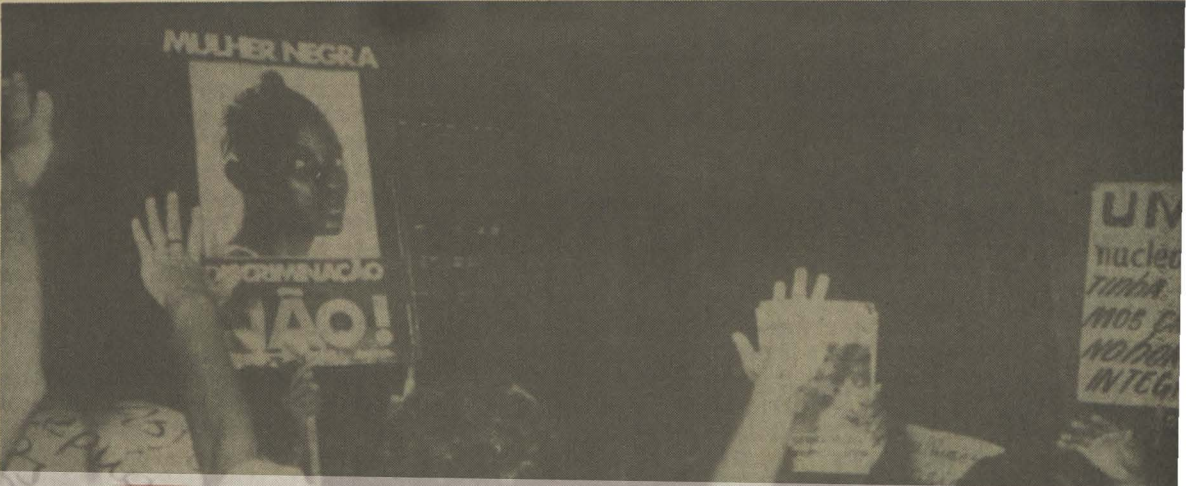


mens que cumprem papel importante na luta emancipacionista.

"FORA, PRESIDENTE"

Ainda no dia 8, o MPM, a CUT e outras entidades e partidos políticos organizaram na praça Sete a "Rádio Peão", que destacou o tema das lutas da mulher. Houve apresentação de peça teatral, distribuição de manifestos, julgamento da mulher e dança de mulheres capoeiristas. Na oportunidade o MPM realizou uma coleta de bilhetes de despedidas dos transeuntes para Sarney, expondo um despacho numa montagem simbólica do presidente, convidando as pessoas que passavam para "fazer uma 'fezinha' e ver se o homem sai". Além de velas acesas, incenso e sal, os transeuntes jogaram moedas e cigarros acesos "pro santo". Um falou que era preciso "comprar uma cachaça 'da braba', porque o homem tem santo forte". O sentimento oposicionista se expressava nas mensagens escritas na praça: "Se você não tem condições, que dê o lugar para um homem de verdade", "Fora, presidente, dá lugar a quem sabe governar" e "Eu odeio você".

(Das sucursais)



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois